

Revista

FEBASE

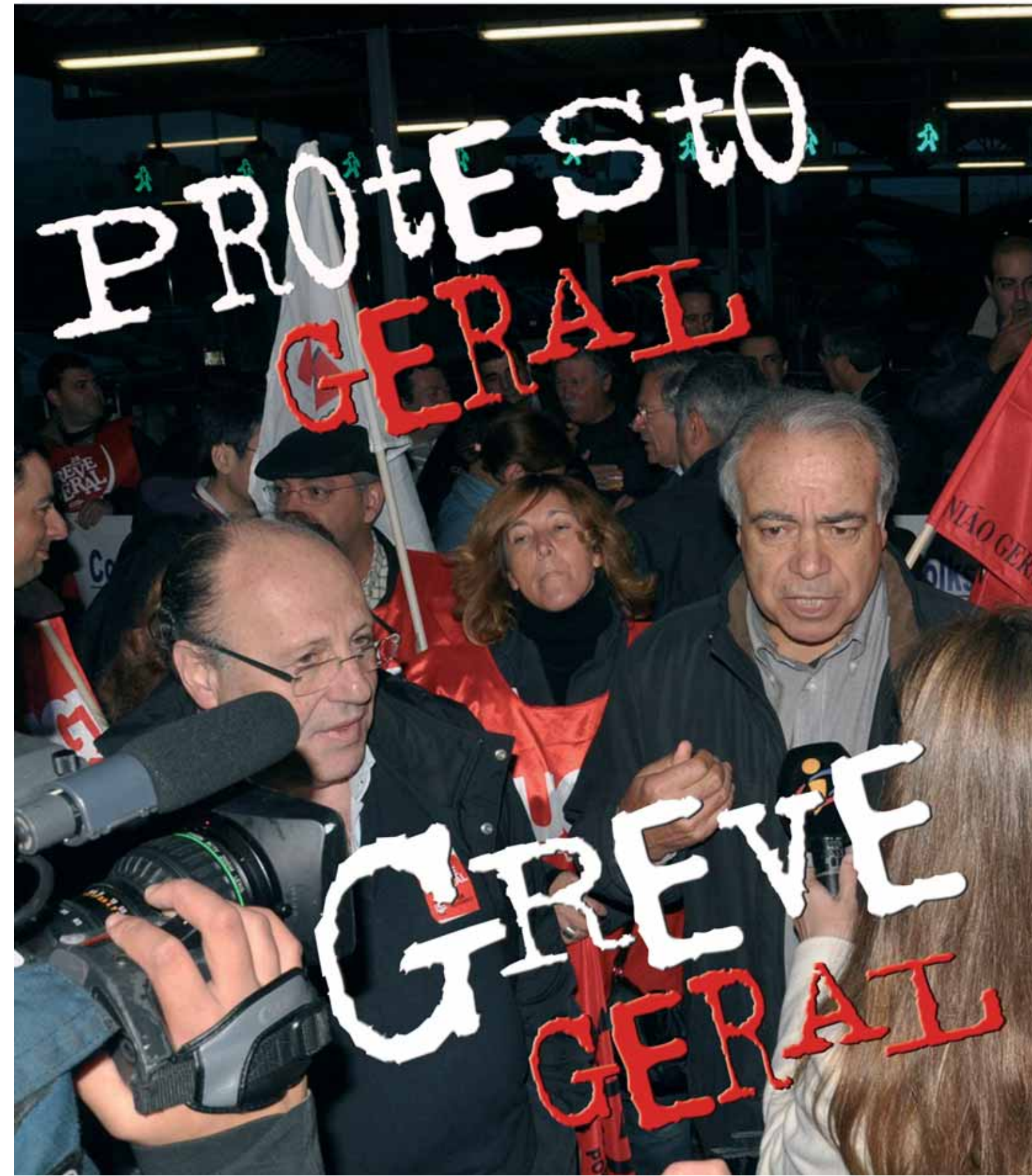
Federação do Sector Financeiro



Directores Adjuntos: Carlos Marques; Carlos Silva; Pereira Gomes; Viriato Baptista

Ano 1
N.º 8
1,50 €
Dezembro de 2010

Director: Delmiro Carreira



Ficha Técnica

Propriedade:
Federação do Sector Financeiro
NIF 508618029

Correio electrónico:
revista.febase@gmail.com

Director:
Delmiro Carreira – SBSI

Directores Adjuntos:
Carlos Marques – STAS
Carlos Silva – SBC
Pereira Gomes – SBN
Viriato Baptista – SBSI

Conselho editorial:
Cristina Damião – SBSI
Firmino Marques – SBN
Sequeira Mendes – SBC
Patrícia Caixinha – STAS

Editor:
Rui Santos

Redacção e Produção:
Rua de S. José, 131
1169-046 Lisboa
Tels.: 213 216 113
Fax: 213 216 180

Revisão:
António Costa

Grafismo:
Ricardo Nogueira

Execução Gráfica:
Xis e Ére, Lda.
xer@netcabo.pt
Rua José Afonso, 1 – 2.º Dto.
2810-237 Laranjeiro

Tiragem: 80.000 exemplares
Periodicidade: Mensal
Depósito legal: 307762/10
Registado na ERC: 125 852

sumário

SINDICAL | Actualidade

Greve geral no sector financeiro foi **mais sentida na CGD 4**

João Proença denuncia **“pressões inadmissíveis” 5**

Precariedade não trava **protesto no Norte 6**

O **Orçamento do Estado para 2011**,
as medidas de austeridade e a contratação colectiva **8**

Febase apresenta sugestões de **alteração ao decreto-lei 9**

O **que significa** o diploma **10**

Segurança Social: **resposta ao MUDAR 12**

Encontro de Estruturas Sindicais do **Banco de Portugal 13**

Comissão de Acompanhamento analisa **relatório do Grupo BCP 14**

CONTRATAÇÃO | Banca

Febase vai propor **2,2%** de aumento salarial **16**

Sibs e Unicre: **negociações em Janeiro 16**

CONTRATAÇÃO | Seguros

Aumento médio proposto é de 3,828% **17**

QUESTÕES | Jurídicas

Parecer do BCE sobre remunerações no **Banco de Portugal** e o Orçamento **18**

INTERNACIONAL | Actualidade

3.º Congresso Mundial da **UNI 20**



Texto: **CARLOS SILVA**

Aliar legalidade e moralidade ao esforço para vencer a crise

O final de 2010 aproxima-se a passos largos e, com ele, um ano que fica para a nossa história económica dos últimos cinquenta anos como o mais crítico, com consequências dramáticas para os trabalhadores portugueses, que viram, há poucos dias, aprovado no Parlamento, o Orçamento do Estado para 2011, com um plano de contenção das contas do Estado extremamente gravoso para as famílias e para as empresas.

São, por isso, pouco animadoras as expectativas para o ano que vai entrar daqui a pouco mais de quinze dias, o que implica da parte dos Sindicatos um sentido apelo ao reforço da solidariedade e da justiça social, quando quase 11% da população activa se encontra desempregada e 12% de trabalhadores, com emprego, vivem no limiar da pobreza. Este é um retrato cruel do nosso tempo, que exige resposta firme dos Sindicatos. Aliás, em artigo próprio publicado nesta Revista, a FEBASE assume a sua responsabilidade, ao exigir ser parte integrante na procura de soluções, que respeitem o princípio constitucional do direito à livre negociação colectiva. E não abdicaremos de intervir, do ponto de vista legal, junto de todos os agentes que analisem e apliquem a Justiça, para que se façam valer os direitos dos trabalhadores que representamos, porque aqueles se encontram escritos em Instrumentos de Regulamentação Colectiva negociados voluntariamente pelas partes, de cujo princípio da legalidade não abdicamos.

Com o actual enquadramento de austeridade com que estão confrontados os portugueses, reforçado pelas exi-

gências de várias instâncias comunitárias, no sentido da flexibilização da nossa legislação laboral, com a nítida intenção de liberalizar os despedimentos, assume um papel de maior relevância a negociação das revisões salariais para o ano que aí vem. E, também aqui, esgrimiremos todos os nossos argumentos para justificar que os trabalhadores não são os culpados pela crise que se abateu sobre o País. Sabemos que não vai ser uma tarefa fácil, a de convencer as entidades patronais a aplicar aumentos salariais, ainda por cima quando o Presidente de uma IC já veio defender publicamente a flexibilização dos despedimentos individuais. É neste clima que vamos entrar em 2011.

Daí que o apelo sindical só possa resultar no necessário reforço da solidariedade entre todos os trabalhadores, cientes da situação em que se encontra o País, mas conscientes que os sacrifícios que lhes são exigidos pelas medidas do Governo devem ser suportados por todos, especialmente pelos que maiores vencimentos auferem.

Nem sempre o que é legal se pauta por condutas éticas ou justas.

Mas é chegado o tempo de aliar legalidade e moralidade, porque ambas são complementares no esforço que todos somos chamados a fazer para vencer esta crise que nos tenta esmagar e à qual os trabalhadores não poderão conceder tréguas. ■



22
| **STAS Actividade Seguradora**



24
| **Bancários Sul e Ilhas**



26
| **Bancários Norte**



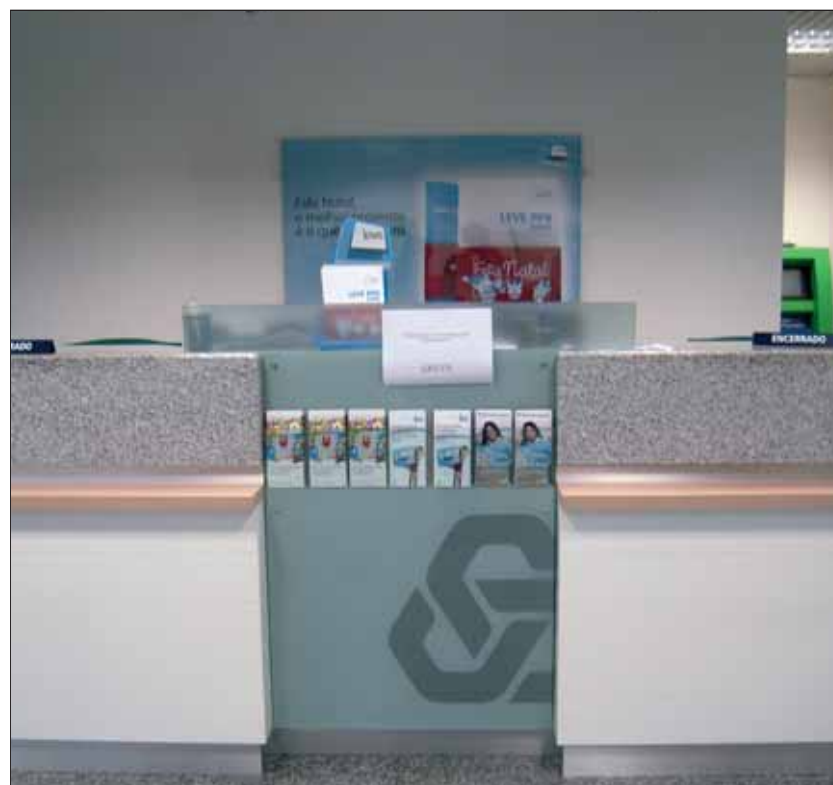
28
| **Bancários Centro**

Centrais Sindicais contabilizaram adesão total de três milhões de trabalhadores

Greve geral no sector financeiro foi **mais sentida na CGD**

ELSA ANDRADE *

UGT e CGTP fizeram um balanço bastante positivo da paralisação de 24 de Novembro, especialmente na administração pública, onde muitos serviços e Instituições estiveram fechados. No sector financeiro, a greve geral registou uma boa adesão nas Instituições directamente afectadas pelos anunciados cortes salariais. Na CGD a paralisação teve uma adesão de 80% e o Banco de Portugal também viu muitas das suas agências encerradas



A greve geral de 24 de Novembro registou uma elevada adesão em todo o País. Segundo os números adiantados pela UGT e CGTP, cerca de três milhões de trabalhadores estiveram envolvidos no protesto, um marco histórico para o movimento sindical português: pela primeira vez a mais importante forma de luta dos trabalhadores foi subscrita simultaneamente pelas duas Centrais Sindicais.

Mas mais do que a discrepância do número de aderentes contabilizados pelos sindicatos e pelas entidades empregadoras (a tradicional guerra de números não faltou) – da administração pública central, regional e local aos restantes sectores de actividade económica –, a greve deixou indicadores inequívocos de que são possíveis receituários alternativos para encontrar terapias mais adequadas à resolução dos problemas do país sem que trabalhadores e reformados, famílias e pequenas e médias empresas morram da cura económico-financeira que o Orçamento de Estado para 2011 pretende impor.

Os sectores mais afectados foram os dos transportes, educação, saúde e finanças. Ou seja, foi no funcionalismo público que o protesto mais se fez

sentir, o que foi considerado expectável, já que são estes trabalhadores os que mais vão sentir as medidas de austeridade: além da subida de impostos e da redução nas prestações sociais – comuns a todos os cidadãos – têm a pender sobre si a ameaça de corte nos salários entre 3,5% e 10%, medida prevista no Orçamento do Estado para 2011 que foi nessa semana aprovado na especialidade pelos deputados.

Forte adesão na CGD

O mesmo se passou no sector financeiro. Foi nas empresas que estão na esfera do Estado que a greve geral teve maior expressão: Caixa Geral de Depósitos (CGD) e Banco de Portugal. Também os trabalhadores destas Instituições estão sob ameaça de cortes salariais.

No Banco de Portugal verificou-se uma boa adesão, com várias das agên-

cias regionais encerradas, como foi o caso, por exemplo, de Évora, Funchal ou Braga.

Na CGD, a Febase registou uma adesão à greve na ordem dos 80% e o encerramento de mais de meio milhar de balcões, no total de 800 que o Banco possui.

Apesar da prática dos empregadores e do Governo, que têm “dificuldade” em assumir os efeitos dos protestos, nesta greve geral a Administração da CGD admitiu que teve de encerrar mais de 45% dos seus balcões, 25% dos quais em Lisboa.

Do mesmo modo, no sector segurador a maior participação no protesto verificou-se na Caixa Seguros, do Grupo CGD, onde cerca de 25% dos trabalhadores paralisaram, segundo dados do STAS.

Nas restantes empresas seguradoras, a adesão à greve geral rondou os 10%. ■

João Proença denuncia “pressões inadmissíveis”



Líder da UGT acompanhou a greve em empresas de diferentes sectores de actividade. O ataque do Governo à negociação colectiva vai ser alvo de queixa na OIT, anunciou

Longo pela manhã do dia 24 de Novembro, dirigentes do SBSI concentraram-se à porta da sede da CGD, na Av. João XXI, em Lisboa. Empunhando bandeiras, de autocolante de “sim” à greve ao peito e com o apoio de carros de som, os sindicalistas pretenderam, com a sua presença, alertar os colegas para a greve que decorria nesse dia, especialmente os jovens que trabalham em regime de outsourcing e que, face à precariedade do seu vínculo laboral, viram-se forçados a comparecer ao serviço.

“Como está a greve?”, interrogou João Proença assim que se juntou aos dirigentes do SBSI frente à sede da CGD, em mais uma paragem do seu périplo por várias empresas em greve, que iniciou na AutoEuropa. “Corre bem”, sossegaram-no.

As pressões exercidas sobre os trabalhadores para que não aderissem à

paralisação dominaram as conversas. Elementos da Direcção e do Secretariado Sindical de Empresa denunciaram ao líder da UGT as pressões exercidas pelas hierarquias para que os bancários não fizessem greve.

No caso da CGD, a pressão subiu de tom na véspera da greve, após a notícia de que o Parlamento tinha aprovado um regime de excepção para os cortes salariais nas empresas do Estado.

“À noite as chefias ligaram para os elementos das suas equipas dizendo que se tratava de uma medida para a CGD e que, por isso, já não havia razão para a greve e todos deviam ir trabalhar”, denunciou um dos elementos do SBSI.

Mas sem o resultado esperado, pois os trabalhadores da CGD não se deixaram intimidar e aderiram maciçamente à greve.

João Proença condenou “as pressões inadmissíveis” na Banca, numa linha de actuação comum a muitas empresas em dia de greve. “Na Caris as pressões foram brutais”, insurgiu-se.

Queixa à OIT

O Secretário-geral da UGT, que fez questão de comparecer na CGD num

claro apoio aos trabalhadores do sector bancário, comentou com os dirigentes do SBSI o “regime de excepção” respeitante aos cortes salariais nas empresas públicas, aprovado na véspera no Parlamento.

Para a UGT, independentemente de a medida ser ou não inconstitucional, coloca-se a questão de “pôr em causa o direito à negociação colectiva”. E por isso a Central Sindical vai avançar com uma queixa na Organização Internacional do Trabalho (OIT), revelou João Proença.

No entanto, o líder da Central alertou para o facto de que, podendo eventualmente “escapar” aos cortes salariais, o mais certo é que nas empresas na esfera do Estado a revisão salarial se traduza em “aumento zero”.

Sector privado menos participativo

Na Banca privada, a adesão à greve teve menor expressão, à semelhança do que aconteceu no País fora da esfera do funcionalismo público.

Não sentindo de forma tão directa como a função pública e as empresas do Estado o efeito das medidas de austeridade, os bancários mostraram-se menos participativos na luta. ■

Precariedade não trava protesto no Norte

No Norte do País, a greve geral também se fez sentir em empresas privadas de vários sectores de actividade. Apesar da precariedade dos vínculos laborais, a maioria dos trabalhadores expressou o seu protesto

No que diz respeito à área geográfica de influência do SBN, houve alguma disparidade na adesão, em grande parte devido à precariedade dos vínculos laborais, mas a manifestação de vontade, expressa pela esmagadora maioria dos trabalhadores do sector, indicou o repúdio pelas políticas cegas que privilegiam o económico em detrimento do social.

Na impossibilidade de fazer um balanço exaustivo do que de geral teve a greve homónima, sobram alguns apontamentos de reportagem, salpicados, aqui e ali, por factores que ainda não estão suficientemente analisados.

Um dos mais curiosos terá sido aquele que se refere à mais conhecida conserveira nacional – a Ramirez – cujos trabalhadores, não tendo aderido à greve em Matosinhos, paralisaram em Peniche de forma significativa, segundo fonte sindical, num número que terá rondado os 80%.

Ainda nos arredores do Porto, curioso também o verificado na importante Zona Industrial da Maia, onde a greve terá também passado ao lado.

Já o contrário se verificou na região do Baixo Minho, com elevadíssimos índices de adesão em Braga e nas empresas dos vales do Ave e do Cávado, região extremamente depauperada pelos ventos devastadores da crise internacional que não poupou Portugal.

Serviços mínimos

Em Viana do Castelo o lixo ficou acumulado em todas as artérias, muitas foram as escolas que permaneceram fechadas e o sector da saúde apenas funcionou minimamente – ou seja, com os serviços mínimos.

Os sectores das Finanças e da Justiça estiveram praticamente parados, com excepções de Arcos de Valdevez e de Monção, onde a greve se fez sentir de



A adesão à greve rondou os 90 por cento em alguns sectores



Em Coimbra, os grevistas concentraram-se frente à Câmara Municipal

forma mitigada. Mas a generalidade das autarquias foi afectada muito significativamente, enquanto a empresa mais paradigmática – os Estaleiros Navais de Viana do Castelo – foi abalada com uma paralisação geral.

No distrito de Vila Real, o local mais afectado foi o do hospital da Régua, já o mesmo não acontecendo nos restantes. Também o distrito de Bragança não sofreu de forma muito significativa os efeitos da greve, embora alguns servi-

ços tivessem paralisado por completo ou funcionado apenas com serviços mínimos.

Paralisação expressiva na Zona Centro

A paralisação no Centro do País registou índices de adesão em tudo idênticos à média nacional, relativamente aos diversos sectores de actividade

A zona Centro de Portugal não fugiu à regra: a greve geral fez-se sentir, mas foi o sector público que mais contribuiu para o sucesso do protesto. Em Coimbra, concretamente, registou-se uma forte adesão nos sectores dos transportes, da saúde e da educação, oscilando os valores entre os 70 e os 90%. No sector da saúde, cerca de 90% aderiram à greve e, no sector do ensino, a paralisação foi de 80%.

Também não houve recolha de lixo em Coimbra, já que os trabalhadores aderi-

ram totalmente, bem como no Centro de Distribuição Postal, em Taveiro, onde a adesão foi igualmente de 100%. Os serviços de transportes de Coimbra pararam a 100%, embora nas empresas privadas a adesão fosse menor.

Nos sectores da hotelaria (sobretudo nas áreas da alimentação e das lavandarias), do comércio automóvel e da cerâmica também se registaram elevados índices de adesão.

Nos estabelecimentos comerciais a greve pouco se fez sentir.

Carlos Silva, falando como dirigente da UGT/Coimbra, não teve dúvidas: “Foi uma grande greve geral”, particularmente no sector público.

Sector bancário sem grande expressão

Relativamente à Banca, também as médias foram semelhantes ao que se

passou a nível nacional, com a maior parte dos balcões abertos ao público, com excepção da CGD, que viu cerca de metade dos seus balcões encerrados. A sede da Instituição bancária em Coimbra funcionou a 50%.

Como na Banca a precariedade também é uma realidade, houve da parte destes trabalhadores muito receio, em virtude da grande pressão a que foram submetidos pelas chefias.

A maior adesão na CGD tem a ver com o facto de as medidas restritivas e de grandes cortes salariais impostos à função pública também se alargarem aos trabalhadores daquela Instituição de Crédito.

O SBC nunca teve “grandes ilusões” quanto à participação dos bancários nesta greve geral. Ainda assim, Carlos Silva faz um balanço “extremamente positivo” da paralisação dos trabalhadores, “inclusive os do sector bancário”.

Adesão histórica em Leiria

Ainda na região Centro, em Leiria, verificou-se o mesmo cenário, com uma forte adesão no sector da educação, na saúde, tribunais, finanças, autarquias e CTT. Na Banca, a CGD teve alguns balcões fechados.

Numa escala menor, na Guarda, os sectores mais afectados foram as escolas, os tribunais, as autarquias e os hospitais, sendo também a CGD, a nível da Banca, a Instituição que mais balcões fechou.

Em Viseu encerraram muitas escolas, a Loja do Cidadão quase encerrou as portas, e SEF, Tesouraria e Finanças fecharam igualmente. Transportes, recolha de lixo e vários serviços da Câmara foram seriamente afectados. Na Banca, foram vários os balcões da CGD que não abriram as suas portas.

Para o também presidente do SBC, há dois factores que justificam as diferenças entre o sector público e privado. Desde logo, a “precariedade de muitos trabalhadores” do privado.

Por outro lado, o facto de as grandes medidas de austeridade a aplicar pelo Governo irem afectar “sobretudo, a função pública”.

“O sinal está dado”, considera o presidente do SBC e dirigente da UGT/Coimbra, esperançado de que, depois desta manifestação de insatisfação dos portugueses, haja “margem para retomar as negociações” e minimizar o impacto das medidas de austeridade na vida dos trabalhadores. ■

**Com Francisco José Oliveira, Patrícia Caixinha e Vasco Garcia*

O Orçamento do Estado para 2011, as medidas de austeridade e a contratação colectiva

A Federação do Sector Financeiro quer discutir com as Administrações das empresas do sector financeiro que estejam no perímetro do Estado eventuais medidas que ponham em causa o cumprimento dos IRCT. Se tal não acontecer, a Febase recorrerá a todos os meios legais, nacionais e europeus

Pela primeira vez na história da 3.ª República, os trabalhadores portugueses são confrontados com medidas de austeridade que põem em causa os acordos estabelecidos entre sindicatos e entidades patronais, foram publicados no Boletim de Trabalho e Emprego (BTE) e são uma fonte indiscutível de Direito.

Estas medidas suscitam também, como afirmam alguns constitucionalistas, a questão de se saber se é legal diminuir salários de uma forma continuada, ou seja, não estamos apenas perante decisões que afectam as remunerações contratualizadas constantes dos Instrumentos de Regulamentação Colectiva de Trabalho (IRCT) aplicáveis durante o ano de 2011 mas, conforme tem sido repetidamente afirmado pelo ministro das Finanças, medidas que são para continuar, o que significa que novas negociações deverão incidir sobre valores agora diminuídos.

Por enquanto, tais medidas aplicam-se apenas aos serviços públicos e às empresas do perímetro do Estado, mas nada garante que não possam vir a ser estendidas a todos os trabalhadores abrangidos pela contratação colectiva na esfera privada, cujas formulações são definidas pelo Código do Trabalho.



Sindicatos têm palavra a dizer

Se bem que com contornos diferentes, veja-se o que o Banco Central Europeu (BCE) diz no seu parecer (que analisamos nas páginas deste número da revista, na rubrica "Questões Jurídicas"), chamando a atenção para a vinculação do Banco de Portugal aos acordos estabelecidos no âmbito do Acordo de Empresa (AE). O mesmo, ainda que com nuances, se aplica nomeadamente à Caixa Geral de Depósitos (CGD), ainda que esta não seja uma entidade de supervisão ou com estatuto que lhe conceda uma independência, como o Banco de Portugal (BdP).

A Febase não pode deixar de sublinhar que em todas as notícias vindas a público até ao momento as empresas que se situam no perímetro do Estado

propõem-se dar cumprimento às orientações que implicam reduções nos custos operacionais.

Mas ainda não se viu sequer uma dessas empresas, seja da área da Banca ou dos Seguros ou de Institutos, divulgar que pretende discutir com os sindicatos medidas que afectam o cumprimento do acordado em sede de contratação colectiva.

Exigimos firmemente, independentemente do juízo de valor que se possa fazer sobre a necessidade de contenção ou mesmo de redução de alguns tipos de remunerações, que as propostas a apresentar à tutela e que ponham em causa os IRCT sejam discutidas com os sindicatos.

Se tal não for feito, a Febase recorrerá a todos os meios legais, nacionais e europeus, para fazer valer os seus pontos de vista. ■

Integração na Segurança Social

Febase apresenta sugestões de alteração ao decreto-lei

TEXTO: INÉS F. NETO

A Federação do Sector Financeiro (Febase) enviou já ao Governo as suas sugestões de alteração ao projecto de decreto-Lei sobre a integração dos bancários no activo, inscritos na CAFEB e admitidos antes de 3 de Março de 2009, no regime geral da Segurança Social

O Governo, cumprindo o acordado, enviou à Febase no dia 11 de Novembro o projecto de Decreto-Lei sobre a integração dos bancários no activo, inscritos na CAFEB e admitidos antes de 3 de Março de 2009, no regime geral da Segurança Social.

Trata-se do projecto de diploma que, depois de aprovado em Conselho de Ministros, dará força legal ao Acordo Tripartido subscrito a 20 de Outubro.

A Febase solicitou a prorrogação do prazo de resposta até dia 23, data em que enviou as suas sugestões de alteração ao projecto governamental.

Entretanto, a 3 de Dezembro a Secretaria de Estado da Segurança Social apresentou uma nova versão, relativamente à qual solicita nova apreciação até dia 8, a fim de ser submetida a Conselho de Ministros. Este documento, que foi enviado para todos os Sindicatos do sector e à APB, integra já algumas das sugestões que a Febase enviou a 23 de Novembro.

A "Revista Febase" publica a primeira versão do projecto de Decreto-Lei (que não sofreu alterações significativas), contendo já as alterações propostas pela Febase, dando assim conhecimento do teor do documento.

O projecto do Governo e as propostas da Febase

Este é o texto do projecto de Decreto-Lei. A "bold" (negro) as alterações propostas pela Febase:

No desenvolvimento do regime jurídico estabelecido pela Lei n.º 4/2007, de 16 de



Janeiro, e nos termos do artigo..... da Lei que aprova o Orçamento de Estado para 2011 e da alínea c) do n.º 1 do Artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º Objecto

O presente decreto-lei regula a integração no regime geral de Segurança Social, adiante designado por regime geral, dos trabalhadores bancários **no activo** abrangidos por regime de segurança social substitutivo constante de instrumento de regulamentação colectiva de trabalho vigente no sector bancário, adiante designado por IRCT vigente no sector.

Artigo 2.º Âmbito pessoal

Integram o âmbito pessoal deste **decreto-lei**, os trabalhadores bancários abrangidos por regime de segurança social substitutivo constante de IRCT vigente no sector, que à data da sua entrada em vigor se encontrem no activo e sejam beneficiários da Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários. **(tirar a vírgula)**

Artigo 3.º Âmbito material

Os trabalhadores bancários a que se refere no artigo anterior passam a estar

protegidos pelo regime geral nas seguintes eventualidades:

- a) Velhice;
- b) Maternidade, paternidade e adopção.

Artigo 3.º-A Manutenção da protecção garantida

Os trabalhadores bancários referidos no artigo 2º mantêm a protecção garantida:

a) pelo regime geral de Segurança Social dos trabalhadores por conta de outrem nas eventualidades de Desemprego e Doença Profissional;

b) **pelos IRCT aplicáveis no sector bancário nas eventualidades de Doença, Invalidez, Morte e Sobrevida.**

(Nota: sugere-se este novo Artigo para integrar, na alínea b), a referência ao que se mantém do regime substitutivo dos IRCT (Doença, Invalidez, Morte e Sobrevida), texto que corresponde ao n.º 2 da 1.ª versão do MTSS e ao n.º 2 do Acordo Tripartido subscrito.)

Artigo 4.º Obrigação contributiva

1.A taxa contributiva relativa aos trabalhadores bancários é de **26,6%**, sendo respectivamente de **23,6%** e de 3% para as entidades empregadoras e para os trabalhadores. ►

► 2.A taxa contributiva relativa aos trabalhadores de entidades sem fins lucrativos é de **25,4 %**, sendo, respectivamente, de **22,4 %** e de **3 %** para as entidades empregadoras e para os trabalhadores.

(Nota: não será de considerar os valores de 26,61%, 23,61%, 25,40% e 22,40%, como consta da legislação?)

Artigo 5.º

Equivalência à entrada de contribuições

Os períodos de doença que determinem o pagamento de prestações ou compensação remuneratória no âmbito de regime de segurança social substitutivo constantes de IRCT vigente no sector, dão lugar ao registo de remunerações no regime geral por equivalência à entrada de contribuições e de quotizações, pelo valor da remuneração de referência que serviria de base ao cálculo do subsídio de doença no âmbito do regime geral.

Artigo 6.º

Totalização de períodos contributivos para efeitos de protecção na eventualidade de velhice

1. Para efeitos de preenchimento do prazo de garantia são relevantes os períodos contributivos registados no regime de segurança social substitutivo constantes de IRCT vigente no sector e no regime geral, na parte em que não se sobreponham.

2. Os anos civis com registo de remunerações no âmbito do regime de segurança social substitutivo constantes de IRCT vigente no sector relevam para efeitos do cumprimento das condições de acesso à pensão de velhice antecipada ou bonificada atribuída ao abrigo do regime de flexibilização da idade de pensão e do regime de antecipação nas situações de desemprego involuntário de longa duração, assim como para determinar o factor de redução ou de bonificação correspondente.

Artigo 7.º

Remuneração de referência

1. Nas situações em que seja efectuada a totalização para efeitos de prazo de garantia, prevista no n.º 1 do Artigo anterior, são também relevantes para o apuramento da remuneração de referência a ter em conta no cálculo da pensão de velhice a atribuir pelo regime geral, as remunerações registadas em nome dos trabalhadores na Caixa de Abono de Família dos **Empregados** Bancários relativas a períodos anteriores à entrada em vigor do presente decreto-lei, revalorizadas nos termos previstos no regime jurídico das pensões do regime geral.

2. Para efeitos do disposto no número anterior apenas são consideradas as remunerações anuais registadas associadas aos períodos contributivos utilizados para efeitos de totalização de prazo de garantia, necessárias para completar o preenchimento do prazo de garantia.

Artigo 8.º

Totalização de períodos contributivos para efeitos de protecção na eventualidade maternidade, paternidade e adopção

1. Nas situações em que ocorra a eventualidade maternidade, paternidade e adopção, o período de trabalho prestado, ou equivalente, imediatamente anterior ao início de vigência deste decreto-lei é considerado para efeitos do cumprimento do prazo de garantia, e para atribuição dos subsídios de parentalidade.

2. A remuneração total relevante, para efeitos de apuramento da remuneração de referência, de acordo com o regime jurídico da eventualidade referida no número anterior, é completada com o valor das remunerações registadas em nome dos trabalhadores na Caixa de Abono de Família dos **Empregados** Bancários relativas a períodos anteriores ao início de vigência deste decreto-lei, sempre que as remunerações registadas no regime geral após a entrada em vigor deste decreto-lei não sejam suficientes.

3. A concessão das prestações referidas no número 1 é garantida de forma imediata aos respectivos beneficiários, ficando as respectivas entidades empregadoras responsabilizadas perante os serviços competentes da Segurança Social pelo pagamento retroactivo das contribuições correspondentes ao número de meses contabilizados, anteriores ao início de vigência deste decreto-lei.

4. Nas situações em que a transição de regime de protecção social ocorra durante o período em que se encontra a ser concedida protecção na eventualidade maternidade, paternidade e adopção, o direito à protecção social mantém-se nos termos do regime aplicável à data em que se verificou a transição, devendo a entidade empregadora proceder aos respectivos pagamentos.

5. Os períodos pagos pela entidade empregadora a que se refere o número anterior são considerados como equivalentes à entrada de contribuições e quo-

tizações para os efeitos previstos nos números 1 a 3.

Artigo 9.º

Regimes jurídicos aplicáveis

Em tudo quanto não esteja especialmente regulado neste diploma são aplicáveis subsidiariamente as normas dos diplomas do regime geral reguladores das obrigações contributivas e das eventualidades referidas no artigo 3.º

Artigo 10.º

Norma transitória

A protecção na eventualidade maternidade, paternidade e adopção pelo regime geral só se verifica relativamente aos factos determinantes da protecção que ocorram após a entrada em vigor do presente decreto-lei.

Artigo 11.º

Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor com o orçamento de Estado para 2011. ■

O que significa o diploma

Para melhor compreensão do âmbito e alcance do diploma sobre integração dos bancários na Segurança Social, a Febase elaborou um texto explicativo



Quem é integrado

Os Artigos 1.º e 2.º tratam do objecto e do âmbito pessoal, ou seja, definem a quem e o que se aplica na matéria regulada no diploma.

Quem vai ser integrado no regime geral para as eventualidades de velhice e parentalidade: os bancários no activo, inscritos na CAFEB, até aqui abrangidos pelos regimes substitutivos de segurança social constantes dos IRCT aplicáveis. O diploma refere que a data de entrada em vigor é a mesma da Lei do Orçamento para 2011.

Quem não é abrangido

Quem não é abrangido pelo diploma:

- Os que já estão integrados no regime geral de Segurança Social;

- Os bancários já reformados;
- Os bancários que abandonaram o sector bancário e estão ou virão a estar abrangidos pelas cláusulas dos vários IRCT sobre o “reconhecimento de direito em caso de cessação do contrato de trabalho” (ex.: cl.ª 140.ª do ACT).

Matérias reguladas

O Artigo 3.º trata do âmbito material, ou seja, das eventualidades reguladas pelo diploma:

- a) Mantém a protecção nas eventualidades Desemprego e Doenças Profis-

sionais, como até agora, nos termos da lei aplicável;

- b) Assegura a protecção nas eventualidades Velhice (que corresponde à invalidez presumível dos IRCT) e Parentalidade, a partir da data de entrada em vigor do diploma, no termos do regime geral da Segurança Social e das normas especiais reguladas no diploma.

- c) O Regime da Parentalidade a que se refere o diploma contempla:

- atribuição de subsídios que substituem os rendimentos do trabalho perdidos durante o impedimento para a activida-

de profissional em caso de: risco clínico na gravidez, interrupção da gravidez, riscos específicos, nascimento de filhos, adopção e assistência a filho e netos;

- cumprimento do prazo de garantia: seis meses civis, seguidos ou interpolados, com registo de remunerações, no 1.º dia do impedimento nos termos do Código do Trabalho ou períodos equivalentes;
- gozo efectivo das licenças, faltas e dispensas não retribuídas;
- o montante dos subsídios varia, conforme as modalidades, entre 25% e 100% da remuneração de referência, que é igual à média de todas as remunerações declaradas pela entidade empregadora à Segurança Social nos primeiros 6 meses dos últimos oito meses (anteriores ao início do impedimento).

Quem paga o quê

O Artigo 4.º trata das contribuições das entidades empregadoras e das quotizações dos trabalhadores, em termos de taxa desagregada, como prevê a lei actual, o Código Contributivo e o Artigo 67.º da proposta de Lei do OGE/2011.

O Artigo 5.º trata da equivalência à entrada de contribuições. Garante adequadamente aos bancários que os períodos de doença (cujo pagamento é da responsabilidade das Instituições, nos termos dos IRCT) são objecto de registo de remunerações por equivalência à entrada de contribuições e quotizações, para evitar prejuízo na carreira contributiva dos trabalhadores integrados.

Por outro lado, estabelecem-se regras para o cálculo do valor da remuneração de referência a considerar pela Segurança Social no registo destas remunerações por equivalência à entrada de contribuições: a remuneração de referência será quanto teria de ser declarado à Segurança Social, em média por dia, nos primeiros seis meses dos últimos oito.

Períodos contributivos

O Artigo 6.º regula a aplicação, na eventualidade Velhice, da norma do regime geral da Segurança Social que define a “totalização de períodos contributivos”. Assim:

- a) prevê-se, para efeitos de preenchimento do prazo de garantia (15 anos), o recurso à contagem dos períodos contributivos registados na CAFEB no âmbito dos IRCT, desde que não se sobreponham. O valor a considerar vem regulado no Artigo seguinte;

- b) prevê-se ainda que o total dos anos civis com registo de remunerações ao abrigo dos IRCT relevem para obtenção das condições de acesso à pensão de velhice antecipada ou bonificada ou para antecipação da velhice em caso de desemprego de longa duração, nos termos e condições que vigoram para o regime geral.

Remuneração de referência

O Artigo 7.º trata da remuneração de referência com remissão expressa para

o n.º 1 do Artigo 6.º. No caso de existir totalização dos períodos contributivos a que alude o Artigo 6.º, relevam também, para cálculo da remuneração de referência, as remunerações registadas na CAFEB quanto a períodos anteriores à data da entrada em vigor do diploma, devidamente revalorizadas nos termos do regime geral (cfr. Artigo 63.º da Lei de Bases da Segurança Social, Artigo 27.º do DL 187/2007 e Portarias anuais), mas restritas aos períodos utilizados e necessários para preenchimento do respectivo prazo de garantia.

Parentalidade

O Artigo 8.º trata da totalização dos períodos contributivos, mas agora em relação à Parentalidade. Regula-se neste Artigo, adequadamente, o que se dispõe em Artigos anteriores quanto à Velhice: regras para preenchimento do prazo de garantia, definição da remuneração de referência, garantia de efectividade das prestações aos beneficiários, imputação da responsabilidade às entidades empregadoras pelo pagamento das contribuições e equivalência à entrada de contribuições.

O Artigo 9.º é uma norma geral de definição do regime geral aplicável e o Artigo 10.º vem clarificar o momento a partir do qual é devida a protecção na parentalidade, na linha do disposto na Lei. ■

Segurança Social: resposta ao MUDAR

É desta gente que os bancários necessitam?

A Tendência MUDAR do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas emitiu um comunicado com o título "Os Bancários e a Segurança Social - Um cheque em branco ao Governo e aos banqueiros" que merece do Secretariado da Febase a seguinte resposta

A FEBASE subscreveu, em nome do SBN e SBC (uma vez que o Conselho Geral do SBSI rejeitou a proposta da Direcção), um Acordo Tripartido sobre a integração dos bancários na Segurança Social (ver págs. 9 a 11).

Face ao teor do boletim informativo de Novembro do MUDAR, o Secretariado da FEBASE entende deixar claro o seguinte:

1 - Delmiro Carreira foi nomeado pelo Secretariado da FEBASE coordenador do Grupo de Trabalho encarregado de acompanhar o processo de integração, pelo que todas as posições assumidas merecem a concordância dos Sindicatos subscritores do Acordo.

2 - É falso que o processo de integração, o Acordo Tripartido e o Decreto-Lei que o concretizará não garantam que os descontos dos bancários continuem a ser de 3%.

3 - É verdade que os Sindicatos pretendam que a questão das contribuições para os SAMS fosse objecto de negociação



com as entidades empregadoras. Pretendia-se aproveitar o Acordo Tripartido para retomar a discussão nunca concluída de uma maior justiça no cálculo das contribuições para o nosso regime complementar de saúde. Infelizmente isso não foi aceite pelos Bancos. Lamentavelmente, o MUDAR ainda não percebeu a questão.

4 - O Secretariado da FEBASE regista que "O MUDAR não está contra a integra-

ção dos bancários na Segurança Social, desde que todos os direitos adquiridos sejam salvaguardados e se estendam a todos os bancários, nomeadamente o direito à majoração salarial". Ora é isso precisamente que, nos seus efeitos práticos, os Acordos Tripartidos de 2008 e 2010 garantem. Em 2009, o nível mínimo de admissão passou do 4 para o 5 e o número de anos para se atingir o nível 10 diminuído. Foi também criado um regime complementar de contribuição definida de 3%, suportado em 50% pela entidade patronal. Em 2010 garantiu-se que o desconto de 3% se mantém. Podemos, assim, garantir que o essencial dos direitos adquiridos foi salvaguardado.

5 - O MUDAR critica o facto de no momento da assinatura do primeiro Acordo Tripartido se ter afirmado que a situação dos actuais bancários não mudaria, o que seria desmentido com o novo Acordo. Afirmar-se agora, em finais de 2010, que nada mudou desde Novembro de 2009 é ignorar tudo o que se passou nos mercados financeiros, nas contas públicas e nas consequências sobre os trabalhadores. O MUDAR realmente não mudou, mas a realidade, essa sim, mudou.

6 - Resta-nos perguntar se é desta gente que os bancários necessitam para defender os seus interesses. ■

O Secretariado da FEBASE

No Encontro de Estruturas Sindicais

Banco de Portugal admite corte de custos fora da matéria salarial contratualizada

TEXTO: INÉS F. NETO

O administrador do Banco de Portugal com o Pelouro dos Recursos Humanos defendeu que o actual quadro de regulamentação interna possui os instrumentos necessários a uma redução de custos sem recurso a matéria contratualizada – sendo possível uma solução aceitável por trabalhadores e Sindicatos. Mas a decisão final cabe ao poder político, frisou Vítor Pessoa

contexto de contornos muitas vezes mal esclarecidos, gerador de sentimentos de ansiedade e revolta perante situações anunciadas que, a serem concretizadas, serão altamente penalizadoras para quem, ao longo das suas carreiras profissionais, nunca regateou esforço e dedicação à Instituição».

Discursos contraditórios

Os dois responsáveis do Banco Central fizeram discursos algo contraditórios, deixando a percepção de que o BdP não tem uma posição oficial quanto à actual situação.

Como corolário da sua intervenção, Hélder Rosalino considerou que a posição do Banco passa pela importância de reafirmar o estatuto de independência, por salvar a capacidade de actuação enquanto Banco Central e enquanto autoridade de regulação e supervisão, pela importância de manter ao seu dispor todos os instrumentos de gestão de Recursos Humanos e, sem prejuízo do seu estatuto de independência, pela prossecução de uma política de contenção de custos.

Já Vítor Pessoa começou por classificar a actual situação como extremamente complicada: se por um lado o BdP foi integrado no conjunto de entidades às quais o Governo pretende aplicar medidas de redução salarial por via do OE 2011, por outro está sujeito aos parâmetros de independência e autonomia consagrados na Lei Orgânica e legislação europeia.

Em sentido estrito, defendeu o administrador (que falava antes da aprovação do OE na especialidade), não é viável a aplicação directa das medidas preconizadas no OE ao BdP dada a sua complexa estrutura salarial, o que tornaria gravosa tal situação.

Assim, Vítor Pessoa defendeu que a resolução deste problema terá de passar, obrigatoriamente, pela alteração da proposta de lei, competência dos partidos políticos com assento parlamentar, de forma a permitir que seja o Banco de Portugal a decidir que medidas aplicar.

O administrador com Pelouro dos Recursos Humanos considerou existirem dentro do actual quadro de regulamentação interna instrumentos que podem ser utilizados para tal, não sendo necessário o recurso a matérias que estão contratualizadas.

Vítor Pessoa terminou dizendo que o objectivo final será chegar a uma solução

que seja compreensível para os trabalhadores e aceitável pelos Sindicatos – mas só após a decisão política o interlocutor passará a ser o Banco.

Contra redução salarial

A intervenção do director do DRH provocou a reacção das Direcções sindicais, que declararam a sua total discordância com as medidas preconizadas e a firme intenção de, face à clara violação da negociação colectiva, levar este caso até às últimas consequências.

Através de diversas intervenções, os delegados tiveram oportunidade de expressar a sua discordância com a aplicação de medidas que conduzam à redução salarial ou outras.

Delmiro Carreira, em nome da Febase, teve algumas considerações sobre a actual situação que se vive no Banco de Portugal, confessando nunca ao longo da sua longa actividade ter pensado ver-se confrontado com propostas de reduções salariais.

Considerando ser um cenário inaceitável, o presidente da Direcção do SBSI e vice-secretário-geral da Febase reforçou a intenção já declarada pelos Sindicatos de levar este assunto até às últimas consequências. ■

Protesto veemente

Apontando no caminho do protesto contra eventuais cortes salariais estão os dois documentos aprovados no Encontro, por unanimidade e aclamação:

- uma moção de apoio às Direcções dos Sindicatos verticais para que a recusa às medidas de contenção salarial seja levada até às últimas consequências, incluindo, como último dos recursos, uma greve dos trabalhadores do BdP;

- e uma posposta para os Sindicatos, através da Febase, encetarem imediatamente todas as diligências jurídicas no sentido de ser accionado um procedimento judicial contra o Estado Português, por violação de inúmeros preceitos legais, contratuais e constitucionais, a par da violação concreta dos Estatutos do Banco Central Europeu.

Refira-se ainda o apoio manifestado pelos dirigentes do Standing Committee of European Central Bank Unions presentes no Encontro, Thierry Desanois e Fernando Garces, que aproveitaram a ocasião para fazer um balanço da situação laboral nos diversos Bancos Centrais (Portugal não é caso único) e apelar à união de todos em defesa das condições de trabalho. ■

Os Corpos Gerentes dos Sindicatos da Febase e a Direcção da revista Febase, bem como os que nela trabalham, desejam a todos os leitores Boas Festas e um feliz ano de 2011, com saúde, alegria e êxitos pessoais e profissionais, que ajudem a minimizar as perspectivas sombrias com que o próximo ano vai começar.

Fundo de Pensões

Comissão de Acompanhamento analisa relatório do Grupo BCP

TEXTO: INÉS F. NETO



O Fundo de Pensões do Grupo Banco Comercial Português (BCP) apresentava, no final de Dezembro de 2009, um nível de financiamento de 109,9%, com excepção do Associado Osis, para o qual está a decorrer um plano de amortização. A rentabilidade da carteira foi superior à taxa técnica e a relação entre activos financeiros de cobertura e responsabilidades actuariais é adequada

A Comissão de Acompanhamento do Fundo de Pensões do Grupo Banco Comercial Português (BCP) reuniu-se em 10 de Novembro, tendo por objectivo a análise do Relatório Actuarial de 2009 elaborado pelo actuário responsável. Da Comissão fazem parte e estiveram presentes, em representação dos Sindicatos da Febase, Delmiro Carreira e Mário Mourão. «Dado que o valor do Fundo de Pensões é de 5.520.939 mil euros, verifica-se um nível de financiamento de 109,86% face ao montante de 5.025.305 mil euros de responsabilidades», refere a análise dos consultores dos Sindicatos da Febase, pertencentes ao Centro de Investigação sobre Economia Financeira (CIEF) do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG/Universidade Técnica de Lisboa). E conclui: «Verifica-se assim cumprido o rácio mínimo de financiamento, de acordo com o Aviso 4/2005 do BdP.»

O documento do CIEF refere ainda que «as responsabilidades decorrentes dos encargos com os SAMS foram igualmente financiadas, bem como o subsídio por morte previsto no ACT bancário».

Recorde-se que os associados dos Fundos de Pensões são 13 empresas do Grupo, pois as quatro seguradoras «constituem igualmente associadas da Adesão n.º 72 ao Fundo de Pensões Aberto Horizonte Valorização». Ou seja, o financiamento das responsabilidades é feito através do Fundo de Pensões do Grupo Banco Comercial Português (BCP) e da Adesão Colectiva n.º 72 ao Fundo de Pensões Aberto Horizonte Valoriza-

ção. A entidade gestora destes fundos é a Pensõesger – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, empresa do Grupo.

A Adesão Colectiva foi criada para financiar um complemento de benefícios para os participantes da área de seguros que entraram no Grupo antes de 22 de Setembro de 2006.

Todos os planos de pensões são de benefício definido, sendo uns complementares à Segurança Social e outros independentes.

Tratando-se de um Grupo onde existem Associados pertencentes ao sector bancário e ao sector segurador, subscritores de convenções colectivas, os planos de pensões estarão assegurados no mínimo pelos benefícios daí decorrentes.

Nível de financiamento

Apesar de o nível de financiamento do Fundo de Pensões cumprir o rácio mínimo, os consultores salientam que «ao nível do detalhe das responsabilidades por Associado verifica-se um financiamento de 89% relativamente ao Associado OSIS. Para tal existe um plano de amortização do deficit no montante de 2.201.345 euros».

Assim, o parecer chama ainda a atenção para o facto de existirem responsabilidades no montante de 378.502 mil euros que não estão a ser financiadas pelos Fundos de Pensões (nomeada-

mente, subsídio por morte e assistência médica nas empresas seguradoras, alguns complementos atribuídos a colaboradores no âmbito de processos de reforma, complementos de alguns ex-administradores do BCP). «Estas responsabilidades estão a ser assumidas directamente pelos respectivos Associados através de provisões contabilísticas», especifica.

As responsabilidades diminuíram relativamente a 2008 devido a ganhos actuariais de 285 milhões euros, sendo as alterações de pressupostos as que tiveram maior impacto, designadamente a diminuição da taxa de crescimento dos salários e a taxa de crescimento das pensões, superior à diminuição da taxa de juro.

Concretizando, refira-se a taxa de desconto passou de 5,75% para 5,5% para empresas da Banca, e para 5,25% para as Seguradoras. Já a taxa de crescimento salarial passou de 3,25% para 2,5% nas empresas da Banca e para 2,75% nas Seguradoras. Por fim, a taxa de crescimento das pensões foi alterada de 2,25% para 1,65% na Banca e para 1,75% nas Seguradoras.

Contribuições e benefícios garantidos

O documento refere que «as contribuições estimadas para 2009 foram realizadas», pelo que se conclui que o

Associado cumpriu o plano de financiamento indicado pelo actuário responsável.

«As contribuições em 2009 totalizaram 25.375 mil euros, incluindo as contribuições dos participantes. O custo normal para 2010 é estimado em 100.357 mil euros», acrescenta.

Os dados da população revelam uma responsabilidade constituída por 6.310 pensionistas, 9.330 reformas antecipadas e 12.900 activos.

A população activa tem uma idade média de 42 anos, enquanto nos pensionistas ela é de 65,2 anos. Existem 3.398 pensionistas por invalidez e 9.330 reformas antecipadas. A adesão colectiva n.º 72 ao Fundo de Pensões Aberto Horizonte Valorização tem 377 participantes, não existindo ainda nenhum pensionista.

Os benefícios garantidos pelo Fundo de Pensões são: reforma, invalidez, sobrevivência imediata e diferida, subsídio por morte e cuidados de saúde pós-reforma. Recorde-se que existe um financiamento regular do Fundo de Pensões de contribuições dos participantes, através de contas individuais.

O salário pensionável é estabelecido conforme definido nas regulamentações colectivas – o ACT dos bancários e o CCT da actividade seguradora. O plano de pensões prevê ainda os direitos adquiridos pelos trabalhadores bancários, de acordo com a cláusula 140.ª do ACT.

Adequação dos activos às responsabilidades

«Verifica-se um ligeiro aumento da exposição a acções, ainda assim próximo do benchmark estratégico, referido no documento sobre a política de investimentos do Fundo (embora o Revisor Oficial de Contas refira um mínimo de 30%, de acordo com o Contrato de Gestão)», destacam os consultores da Febase na sua análise, referindo o «aumento da componente “imobiliário”, que sobe 7.61 pontos percentuais, contra a descida da componente “obrigações e liquidez”, que desce 3.36 pontos percentuais». Ou seja, o peso das componentes de maior risco sobe: as “acções” em 1.67 pontos percentuais e os “investimentos alternativos” em 2.58%.

Assim, os consultores da Febase consideram que para os beneficiários activos, tendo em conta a idade média dos participantes (42 anos), «a política de investimentos pode ser

Pensionistas	N.º	Idade média	Pensão média anual (€)
Velhice	762	74,59	18.626
Invalidez	3.398	70,56	15.519
Viuvez	1.923	69,56	8.143
Orfandade	225	21	10.099
Pré-Reforma	2	60	35.980
Total	6.310	68,99	13.460

Reformas antecipadas	N.º	Idade média	Pensão média anual (€)
Total	9.330	62,65	19.776

Activos	N.º	Idade média	Antiguidade média	Salário médio anual (€)
Idades < 65 anos	10.968	42,38	17,1	33.252
Idades >= 65 anos	2	65,5	31,9	74.983
Participantes c/ direitos adquiridos	1.932	38,17	–	–
Total	12.900	41,76	17,10	33.260

Responsabilidades do Fundo	Unidade: euros	
	Responsabilidades	%
Activos	1.171.487	23,3
Pensionistas	3.853.819	76,7
Total	5.025.306	100,0

Composição da carteira de títulos	2008	2009
Classes de Activos		
Acções	24,63%	26,30%
Obrigações e liquidez	66,41%	58,80%
Imobiliário	8,77%	12,13%
Investimentos alternativos	0,19%	2,77%
Total	100,0%	100,0%

considerada ajustada ao risco do Fundo».

Mas, sublinham ainda, o montante das pensões pagas representou cerca de 5% do valor total do Fundo. «O rendimento líquido do Fundo foi de 188 milhões de euros, correspondendo a uma taxa anualizada de 9,43%, superior à taxa de 5,5% utilizada para o cálculo das responsabilidades».

A análise refere ainda que «a rentabilidade da carteira no presente exercício foi de 9,43%, substancialmente superior à taxa técnica usada para avaliação das responsabilidades passadas (5,5%)».

Assim, conclui: «A carteira de activos financeiros apresentada adequa-se ao perfil das responsabilidades actuariais, que são fundamentalmente de longo prazo». ■

A carteira de activos financeiros apresentada adequa-se ao perfil das responsabilidades actuariais, que são fundamentalmente de longo prazo

Revisão das tabelas para 2011

Febase vai propor 2,2% de aumento salarial



O Conselho Sectorial da Banca da Febase analisa na reunião de dia 17 uma proposta de revisão salarial que ronda os valores previstos para a inflação: 2,2%

TEXTO: INÉS F. NETO

O Secretariado da Federação do Sector Financeiro (Febase) vai apresentar ao Conselho Sectorial da Banca, na sessão do próximo dia 17, uma proposta de revisão salarial para 2011 para todas as convenções de que a Febase e os seus Sindicatos são subscritores.

A proposta já deveria ter sido apresentada há algum tempo, mas face à instabilidade económica do País e perante as incertezas quanto ao futuro, a Febase quis aguardar a evolução da situação para que o seu documento esteja o mais fundamentado possível – mesmo num clima de imprevisibilidade imposto pelos mercados. Assim, na sua última reunião, o Secretariado da Federação mandatou o Grupo Negociador para em seu nome elaborar uma proposta a apresentar aos órgãos próprios de cada Sindicato e, posteriormente, ao Conselho Sectorial da Febase – o que acontecerá na sessão de dia 17, data em que será apreciada e votada. A proposta do Grupo Negociador apresenta um aumento salarial que ronda os valores previstos para a inflação em 2011, ou seja, da ordem dos 2,2%. Com esta proposta, o objectivo da Febase é salvaguardar os interesses dos trabalhadores ao criar condições para que no difícil ano que se avizinha os bancários não vejam o seu poder de compra ainda mais reduzido.

Em estudo impugnação de cortes salariais

Os serviços jurídicos dos Sindicatos constituintes da Febase estão a estu-

Devido a OPA do Montepio

Sindicatos reúnem-se com trabalhadores do Finibanco

Face à concretização da OPA do Montepio Geral sobre o Finibanco, a Febase vai promover reuniões descentralizadas com os trabalhadores. Os encontros serão convocados pelos Sindicatos da Federação – SBSI, SBN e SBC – nas respectivas áreas. O objectivo destas reuniões é auscultar os trabalhadores do Finibanco para conhecer as suas principais preocupações decorrentes da fusão. Posteriormente, os Sindicatos vão insistir no pedido de reunião à Administração do Montepio, para expor a situação e assim acautelar os interesses dos seus associados.

dar as disposições constantes no Orçamento do Estado para 2011, nomeadamente no que se refere aos cortes salariais nas empresas do sector público empresarial do Estado. Recorde-se que estão neste caso a CGD, o Banco de Portugal, o BPN, o IFAP, ITP, o IGCP e o IRHU. Se juridicamente houver argumentos fortes, a Febase pretende avançar com a impugnação das medidas previstas no OE2011 – e caso as empresas em causa optem por essa solução, em detrimento de soluções alternativas que não atinjam tão drasticamente os trabalhadores. As conclusões do estudo serão dadas a conhecer aos trabalhadores, especialmente os directamente envolvidos. Desta forma, a Febase considera estar a cumprir a sua função enquanto federação sindical, simultaneamente preocupada e atenta à situação do País e tudo fazendo para defender os interesses dos seus associados. ■

Tabela salarial 2011

Aumento médio proposto é de 3,828%

Como é do conhecimento dos trabalhadores de Seguros, o STAS tem vindo a tomar diversas iniciativas no sentido de conseguir concretizar, quanto antes, a tabela salarial para o ano de 2011, não obstante o facto de as negociações terem cessado no decorrer do ano passado, da forma que já todos sabemos

TEXTO: PATRÍCIA CAIXINHA/LUÍS DIAS

No passado dia 5 de Novembro, o STAS apresentou na APS – Associação Portuguesa de Seguradores, conjuntamente com o SISEP, a proposta de revisão da tabela salarial e cláusulas de expressão pecuniária do CCT de Seguros para o ano de 2011, que abaixo reproduzimos. Logo que haja desenvolvimentos prestaremos informação sobre os mesmos.



A proposta de actualização da tabela salarial e cláusulas de expressão pecuniária do CCT para a Actividade Seguradora apresentada, reporta-se ao período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2011, considerando-se nesta percentagem o ano de 2010 (sem revisão), sendo o valor médio global proposto de 3,828%, para a tabela e cláusulas de expressão pecuniária, de que resultarão os seguintes novos valores, a saber: Despesas de serviço (Cl.ª 48.ª - n.º 2): propõe-se para despesas de manutenção e representação os seguintes valores: – Diária completa €75,80 – Refeição isolada €12,20 – Dormida e peq. almoço €151,39 (Cl.ª 48.ª - n.º 11): propõe-se para

cobertura dos riscos de responsabilidade civil máxima e de danos próprios até ao valor venal limite de € 18.170,00. Seguro de doença (Cl.ª 61.ª): propõe-se o valor de €12.460,00 Benefícios em caso de morte (Cl.ª 64.ª - n.º 2): propõem-se os seguintes limites, respectivamente, a €12.978,50, €25.957,00 e €77.871,00. Subsídio de refeição (Cl.ª 67.ª - n.º 1): o custo de refeição, por cada dia efectivo de trabalho, é proposto que se fixe em €9,35 diários. A percentagem média proposta, de 3,828%, engloba a percentagem de 1% que os Sindicatos subscritores concordaram com o negociador do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, no processo de mediação relativo à revisão da tabela salarial de 2010, que ali correu os seus trâmites. Embora se tivesse considerado tal valor insuficiente, foi tido como minimamente aceitável para se ultrapassar o impasse negocial existente, não obstante a inflação se ter fixado, já em Setembro de 2010, em 1,90%.

Assim, o valor negocial proposto engloba dois anos (2010 e 2011) e é de composto da seguinte forma:

- Percentagem aplicada à tabela de 2009 para 2010 1,00%;
- Inflação prevista 2011 1,80%;
- Produtividade do factor trabalho (2011) 1,00%;

Estamos convictos de que este valor não fará perigar, se considerado como se espera, a saúde financeira das empresas de seguros e contribuirá para recuperar a motivação dos trabalhadores de Seguros, muito abalada pela não actualização da tabela salarial do corrente ano. ■

Tabela Salarial e Cláusulas de Expressão Pecuniária

NÍVEIS	2009	2010	2011	% Média
		1%	2,80%	
XVI	2.279,69	2.302,49	2.366,96	3,828
XV	1.970,62	1.990,33	2.046,06	3,828
XIV	1.561,58	1.577,20	1.621,36	3,828
XIII	1.289,56	1.302,46	1.338,92	3,828
XII	1.256,79	1.269,36	1.304,90	3,828
XI	1.129,38	1.140,67	1.172,61	3,828
X	1.053,11	1.063,64	1.093,42	3,828
IX	963,57	973,21	1.000,46	3,828
VIII	923,94	933,18	959,31	3,828
VII	885,81	894,67	919,72	3,828
VI	842,58	851,01	874,83	3,828
V	793,26	801,19	823,63	3,828
IV	717,34	724,51	744,80	3,828
III	670,71	677,42	696,38	3,828
II	639,18	645,57	663,65	3,828
I	541,04	546,45	561,75	3,828

Parecer do Banco Central Europeu sobre a remuneração do pessoal do Banco de Portugal e o Orçamento

Texto: ALEXANDRA S. JOSÉ*

As autoridades nacionais estão obrigadas a consultar o Banco Central Europeu (BCE) sobre todos os projectos de disposições legais nos domínios das atribuições do BCE, nos quais se incluem as normas que afectem os Bancos Centrais nacionais.

Esta obrigação resulta do Tratado que institui a Comunidade Europeia e a sua inobservância pode fundamentar uma acção de incumprimento perante o Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias



Dando cumprimento a essa obrigação, em 25.10.2010, o Presidente da Assembleia da República Portuguesa pediu ao BCE um parecer sobre as várias disposições da proposta de lei orçamental para 2011 que se aplicam ao Banco de Portugal (por força do Art.º 2.º, n.º1 da Lei n.º 3/2004, que aprovou a Lei Quadro dos Institutos Públicos, o Banco de Portugal integra a administração Indirecta do Estado).

O BCE emitiu um parecer em 12.11.2010 que, pela sua actualidade e importância, merece que aqui se transcrevam alguns aspectos.

Começando pelas disposições legislativas que vão afectar directamente o Banco de Portugal, a partir de 01.01.2011, refere o Parecer nos seus n.ºs 1.3 e 1.4.

"1.3 - As disposições legislativas propostas que são objecto de consulta ao BCE vão afectar directamente o BdP, a partir de 1 de Janeiro de 2011, da seguinte forma:

a) O Artigo 17.º introduz uma taxa máxima de 10% de redução remuneratória aplicável ao montante que exceder as remunerações ilíquidas acima de € 1500, auferidas pelos funcionários e membros dos órgãos de decisão do BdP;

b) O Artigo 20.º aplica as mesmas taxas de redução que as acima previstas aos montantes pagos a qualquer pessoa, ao abrigo de contratos de fornecimento de serviços. A celebração ou renovação de tais contratos carece de parecer prévio vinculativo do Ministro das Finanças. Os contratos de aquisição de serviços celebrados sem tal parecer são nulos;

c) O Artigo 22.º proíbe o BdP de conceder aos seus funcionários ou administradores quaisquer aumentos salariais, prémios de desempenho ou outras prestações pecuniárias de natureza afim. Além disso, fica vedado ao BdP: i) abrir concursos para promoção para categorias específicas, devendo suspender os procedimentos em curso; ii) conceder progressões automáticas de carreira e iii) levar a cabo qualquer reestruturação ou reclassificação de carreiras no mínimo até 31 de Dezembro de 2011. Os actos praticados em violação dessa disposição são nulos, incorrendo os seus autores em responsabilidade civil, financeira e disciplinar;

d) O Artigo 25.º proíbe o BdP de contratar temporariamente ou de recrutar pessoal novo, independentemente da natureza e duração da relação laboral, salvo em situações excepcionais, fundamentadas na existência de interesse público relevante (...).

1.4 - Além disso, a proposta de lei orçamental estabelece um limite para o valor do subsídio de refeição, proíbe a concessão de prémios de gestão aos gestores ou titulares de órgãos directivos e impõe uma contribuição extraordinária de 10%, incidente sobre o valor que exceder € 5.000 de qualquer tipo de pagamento relacionado com pensões efectuado pelo BdP".

O BCE, no seu parecer, sublinha que "A proposta de lei orçamental para 2011 tem implicações para a independência do Banco Central, designadamente financeira e institucional, assim como para a independência pessoal dos membros dos órgãos de decisão do BdP".

Ao longo do parecer, o BCE insurge-se contra o facto de ter sido elaborada uma proposta de Orçamento sem ter em conta a posição do Banco de Portugal e, assim, limitar a sua liberdade de gestão, alertando que o financiamento monetário dos Estados é proibido pelos tratados europeus e que, por isso, o destino a dar a qualquer ganho resultante da contenção de custos deverá ser da exclusiva responsabilidade do Banco de Portugal.

Lê-se, no parecer:

"O conceito de independência financeira é apreciado em termos de se avaliar se um terceiro está em posição de exercer influência, directa ou indirecta, não só sobre o desempenho das funções que competem a um Banco Central nacional (BCN), como também sobre a sua

capacidade para cumprir o respectivo mandato (...). No que se refere à autonomia em questões relacionadas com o pessoal, prevista no Artigo 130.º do Tratado e conforme já declarado nos Relatórios de Convergência do BCE, assim como em vários dos seus pareceres, os Estados-membros não podem impedir o respectivo BCN de contratar e manter o pessoal qualificado necessário ao desempenho independente das atribuições que lhe são cometidas pelo Tratado e pelos Estatutos do Sistema Europeu de Bancos Centrais e do Banco Central Europeu (a seguir "Estatutos do SEBC"), bem como pela legislação nacional. Além disso, um Estado-membro não pode colocar o seu BCN numa posição em que este tenha um controlo limitado, ou não tenha controlo, sobre os seus funcionários, ou em que o governo de um Estado-membro possa influenciar a sua política de pessoal. Este tipo de autonomia também se aplica a questões relacionadas com pensões.

Para salvaguarda da autonomia do BdP, no respeitante ao seu pessoal, as autoridades nacionais portuguesas têm a obrigação de garantir que as normas específicas sobre cujo projecto o BCE foi consultado (...) são decididas pelas autoridades portuguesas competentes, em estreita cooperação com o BdP. A referida cooperação deve garantir a capacidade contínua do BdP para desempenhar de forma independente as atribuições que lhe são conferidas pelo Tratado, pelos Estatutos do SEBC e pela legislação nacional.

À luz do crescente alargamento das atribuições do BdP, em particular no domínio da supervisão comportamental, bem como do acréscimo das responsabilidades que lhe competem no campo da supervisão prudencial, nomeadamente da supervisão macroprudencial, o BCE receia particularmente que venham a ser necessários, para além do financiamento adequado, recursos humanos qualificados suficientes.

A redução salarial, combinada com a interdição de: a) recrutamento temporário ou permanente de novo pessoal, a menos que justificado pela existência de interesse público relevante e associado à obrigação de informação trimestral ao Ministro das Finanças sobre as actividades de recrutamento e b) promoções, reclassificações ou reestruturações de carreiras, afecta directa e negativamente a capacidade do BdP para recrutar, e possi-

velmente, reter pessoal qualificado, podendo constituir, *de jure*, se não uma extinção dos seus poderes de organização interna e controlo do pessoal que competem aos seus órgãos de decisão, pelo menos uma severa restrição ao seu exercício.

O BCE entende que a estrutura salarial do BdP difere da do resto do sector público, o que representa uma justificação adicional para a necessidade de uma cooperação.

O Art. 130.º do Tratado proíbe quaisquer terceiros de dar instruções aos BCN e impõe aos Estados-membros a observância desta interdição. De acordo com o regime vigente, o BdP goza, por lei, de autonomia na determinação da sua política de pessoal, estando os seus trabalhadores sujeitos às normas do regime jurídico do contrato individual de trabalho e à regulamentação colectiva de trabalho estabelecida entre o BdP e os Sindicatos do sector bancário, as quais são complementadas por regulamentos internos.

As alterações previstas na proposta de lei orçamental para 2011 representam um desvio ao regime aplicável. (...) Estas medidas vão para além do que seria considerado necessário para colocar em prática o objectivo da redução da despesa pública, o facto de tais requisitos poderem sujeitar o recrutamento pelo BdP a autorização, que poderá ser negada pelo Ministro das Finanças, constituiria uma violação da independência institucional do BdP. O BCE considera que a excepção quanto à aplicação deste requisito prevista e baseada na relevância de um eventual interesse público não oferece garantias suficientes de protecção da independência do Banco Central, recomendando, por conseguinte, a sua alteração.

O projecto de proposta de lei orçamental para 2011 afecta não somente a remuneração dos trabalhadores do BdP mas, também, a dos membros dos seus órgãos de decisão. O Art. 130.º do Tratado impõe aos governos dos Estados-membros o respeito pelo princípio da independência dos Bancos Centrais e proíbe a tentativa de influência sobre os membros dos órgãos de decisão dos BCN no exercício das suas funções.

Por último, considera-se no Parecer que "Em termos contabilísticos, a redu-

ção dos salários dos trabalhadores de um BCN diminuirá os seus custos operacionais, o que fará melhorar os resultados e poderá levar ao aumento dos seus recursos financeiros. O princípio da independência financeira dos Bancos Centrais assegura que os BCN gozam de autonomia para dispor dos seus recursos financeiros como entenderem, para poderem cumprir o seu mandato (...) a proposta de lei orçamental para 2011 poderia ser interpretada como condicionando a liberdade do BdP relativamente às questões relacionadas com o seu pessoal, por exemplo no que toca ao recrutamento de novos trabalhadores ou às decisões quanto à promoção do pessoal em funções. Daí decorre que não se possa considerar que o BdP goza de independência plena para decidir sobre a forma de utilização dos fundos resultantes da redução de salários ou pensões. Se o BdP não for totalmente livre de decidir como aplicar o acréscimo de fundos em conformidade com o princípio da independência financeira, tal facto poderia ser entendido como um aumento do financiamento do Estado Português a expensas do BdP". ■

*Advogada do SBSI



effect
comunicação, lda

É UMA EMPRESA LÍDER, QUE
DESENVOLVE A SUA ACTIVIDADE
NAS ÁREAS DA PUBLICIDADE,
MARKETING E COMUNICAÇÃO.
ESPECIALIZADA EM BRINDES
PUBLICITÁRIOS E MERCHANDISING,
DESDE 2001.

- T-SHIRTS
- BONÉS
- PORTA-CHAVES
- TROFÉUS
- PINS
- MEDALHAS
- GALHARDETES
- TELAS
- ROLL UP'S
- ESFEROGRÁFICAS...

Mais de
20.000
artigos



**SOLICITE OS
NOSSOS CATÁLOGOS**

21 493 5817

info@effect.com.pt | www.effect.com.pt

Um parceiro do
SBSI

Conclusões do 3.º Congresso Mundial

UNI quer mudar as regras do jogo

Texto: **INÉS F. NETO**



A Febase esteve representada nesta reunião magna por dirigentes dos seus Sindicatos, nomeadamente do SBSI e do SBC.

Face a um mercado de trabalho verdadeiramente global, os sindicatos da UNI estão a lançar uma nova campanha para combater a injustiça e lutar pelo direito de todos os trabalhadores a ter uma remuneração justa, boas condições laborais e respeito no trabalho.

Exigir a criação e respectiva aplicação de protecção jurídica de defesa dos trabalhadores e dos seus Sindicatos é outra das metas do plano de acção da organização.

Dar voz aos trabalhadores

“O mundo está a mudar e os trabalhadores recebem uma parte cada vez menor do ‘bolo’”, afirmou Philip Jennings, secretário-geral da UNI, em Nagasaki.

Para conseguir ganhar um pedaço maior do ‘bolo’, a UNI tem um novo plano para ‘quebrar barreiras’ e crescer como união global, fazer crescer os seus Sindicatos, e assim aumentar o poder dos trabalhadores.

“O nosso plano para ‘quebrar barreiras’ é baseado no facto de que quando podemos organizar, quando negociamos, melhoramos a vida dos trabalhadores”, disse Philip Jennings.

O líder da UNI sublinhou que este é um desafio às elites e às instituições globais – do G20 ao FMI e à OMC – para que os trabalhadores também tenham lugar à mesa.

“Os trabalhadores não têm voz? Então não há legitimidade. Os trabalhadores não têm voz? Então não há mandato para a mudança”, frisou.

Combater a violência de género

Sob o lema “Rompendo barreiras juntos”, a 3.ª Conferência Mundial UNI-Mulheres reuniu cerca de 550 sindicalistas em Nagasaki, a 6 e 7 de Novembro.

Em vésperas do Congresso Mundial da UNI, mulheres dirigentes de duas centenas de organizações sindicais de todo o mundo debateram alguns dos temas mais candentes para as trabalhadoras: o impacto da crise financeira, a violência de género e a participação das mulheres no movimento sindical.

Assim, a estratégia gizada pelo Departamento de Igualdade de Oportunidades da UNI para os próximos quatro anos assenta no combate à violência de género, em medidas para mitigar o impacto da crise financeira e na formação sindical de mulheres, de forma a que possam ter um papel mais activo nos vários sectores da UNI.

“Só conseguiremos um mundo com mais igualdade e mais justo se trabalharmos juntos para esse objectivo comum”, consideraram as sindicalistas.

Mercado financeiro mais regulado

Entre os delegados estiveram trabalhadores do sector financeiro – entre os quais os representantes dos Sindicatos da Febase – sector que esteve no centro da crise do crédito, para quem teve especial significado a análise feita por Sony Kapoor, um especialista e investigador nesta área que tem colaborado com organizações não governamentais (ONG) e que Philip Jennings descreveu como “o guerreiro intelectual que luta do nosso lado”.

A tecnologia tornou possível obter informação do mundo inteiro. Os mercados locais transformaram-se em mercados globais. “A colheita de soja na Índia influencia os preços no Brasil. A velocidade aumentou e o sistema converteu-se num modelo financeiro ‘na hora’, que não deixa tempo nem possibilidade para corrigir erros ou imprevistos”, referiu Sony Kapoor, frisando que os pequenos Bancos não têm hipótese porque enfrentam actores globais em paraísos fiscais.

“Os Bancos já não competem nem em inovação, nem em qualidade, nem em preço. O mercado financeiro global tornou-se mais complexo, liberalizado, sem nenhum tipo de coordenação e é regulado por banqueiros de uma aversez desproporcionada, sem nenhuma conexão entre esforço e benefícios”, frisou.

O especialista interrogou: “De que sistema financeiro precisamos? Como poderemos assegurar-nos de que o sistema não se desmorona de novo?” E respondeu à sua própria questão: “Temos de mudar as regras do jogo.”

Sony Kapoor desafiou o movimento sindical global a assumir as suas responsabilidades face a um sistema financeiro em que se perdeu a confiança e em que nada mudou desde o início da crise.

“Temos de estar mais envolvidos no sistema financeiro, que é o cérebro da economia mundial. Precisamos de um mercado financeiro mais regulado, mais transparente e mais simplificado, e de banqueiros responsáveis que regressem ao papel original de facilitar recursos onde são necessários”, exortou Sony Kapoor, concluindo:

“O objectivo é criar um sistema que funcione para as pessoas e que não nos explore para obter lucros, pois é o nosso dinheiro que arriscam em seguros e fundos de pensões.” ■

CONCURSO FOTO STAS SBSI 2010

FOTOGRAFIAS APURADAS NO MÊS DE NOVEMBRO

TEMA LIVRE - STAS



Espelho d'água
João Sales



Tentando Voar
Miguel Costa



NY ao Espelho
Virginia Machado

COISAS E GENTES DA MINHA TERRA - STAS



Um Grande Salto
Miguel Costa



Preto e Branco com Cores
João Sales



Fábula
Rui Santos

TEMA LIVRE - SBSI



Óleo no Túnel
João Amaro



Banho de Sol
Orlando Viegas



Fora de Serviço
João Amaro

COISAS E GENTES DA MINHA TERRA - SBSI



Sorrindo no Sofrimento
João Amaro



Brincadeira
Cristina Mestre



Brincando
José Alberto

Veja toda a informação em : www.foto-stas-sbsi.blogspot.com



Reuniões do Conselho Geral e Assembleia de **delegados sindicais**

TEXTO: **PATRÍCIA CAIXINHA**



No mês passado, o Conselho Geral do Sindicato dos Trabalhadores da Actividade Seguradora reuniu para deliberar a proposta da Direcção de adesão à greve geral do dia 24 de Novembro.

Analisando a situação política do País, constatou que:

a) O OE para 2011, já aprovado na generalidade, mantém medidas gravosas para os trabalhadores em geral;

b) Inclui, nas normas relativas à redução remuneratória dos trabalhadores do sector público, os trabalhadores das empresas públicas de capital exclusiva ou maioritariamente público;

c) A proposta é ainda injusta, porque os trabalhadores de seguros não são funcionários públicos;

d) A proposta é ainda injusta porque viola princípios constitucionais e legais fundamentais.

Por todas estas razões, o CG do STAS declarou a adesão à greve geral.



Para além de ter dado a sua anuência à greve geral, sob proposta da Direcção, o CG reforçou ainda o apoio manifestado pelo voto dos conselheiros gerais, através de uma Moção. Nesta, os conselheiros gerais do STAS, representantes dos trabalhadores de Seguros, manifestaram o seu veemente protesto contra todas as medidas de redução e/ou retirada de direitos e regalias, nomeadamente a diminuição de salários.

Assembleia de delegados sindicais

Foi também no mês passado que os delegados sindicais do STAS estiveram reunidos em Assembleia.

Neste encontro foram debatidos os temas que marcavam a actualidade como a greve geral e o OE para 2011.

Foi ainda apresentada a tabela salarial para 2011, proposta pelo STAS e já entregue à APS, e falou-se da situação sindical nas empresas.

Também a Assembleia de delegados sindicais apoiou activamente a greve geral, tendo igualmente apresentado uma moção, no seguimento da análise das medidas gravosas que o OE para 2011 consagra para o sector do Estado e, particularmente, para os trabalhadores de seguros do Grupo Caixa, do

Instituto de Seguros de Portugal e da
Companhia Real Vida Seguros – BPN.

Referiram ainda que o STAS deve participar em todas as acções que visem defender os direitos e interesses dos trabalhadores e que os trabalha-

dores de seguros deverão manifestar veementemente o seu repúdio à implementação destas medidas discriminatórias que o Governo nos quer impor. ■

Futebol de 7



Resultados da 4.ª jornada

Decorreu já a 4.ª jornada, com o confronto entre o GDC da FM/IB e o CC da AXA Seguros, tendo a primeira ganho por 4-2; e a Açoreana/Global venceu a Lusitânia Seguros por 3-1. Com estes resultados a classificação fica assim ordenada:

Classificação Geral								
	Jornada	Vitórias	Empates	Derrotas	Golos		Diferença M/S	Pontos
					Marcados	Sofridos		
1 AÇOREANA / GLOBAL	3	2	1	0	12	5	7	7
2 G.D.C. FM / IB	3	2	0	1	16	7	9	6
3 ZURICH Seguros	3	2	0	1	14	8	6	6
4 LUSITANIA Seguros	4	1	0	3	8	26	-18	3
5 C.C. da AXA Seguros	3	0	1	2	6	10	-4	1

Plenários no Grupo Caixa Seguros e no Instituto Seguros de Portugal

TEXTO: **PATRÍCIA CAIXINHA**

O STAS aceitou o convite da Comissão de Trabalhadores da Fidelidade Mundial e Império Bonança, dirigido aos diversos representantes dos trabalhadores de Seguros, para participar em diversas sessões de esclarecimento, ocorridas em várias instalações do Grupo CGD, em Lisboa, Porto e Évora.

O Instituto Seguros de Portugal realizou, também, um plenário de trabalhadores, sobre a mesma temática, o qual contou igualmente com a participação do STAS.

Nestes encontros, procurou-se esclarecer a proposta do Decreto-Lei 42/ XI, do Orçamento do Estado para 2011, (Capítulo III – Disposições relativas aos trabalhadores do sector público) e informar me-

didadas tomadas e acções a desenvolver pelos diversos representantes.

Foi abordado o tema da greve e a sua importância para todos os trabalhadores mostrarem o seu descontentamento face às medidas que este OE trará e, que afectará, em particular, o sector público onde se inclui os trabalhadores do Grupo CGD e do ISP. ■



Inquérito sobre protocolo revela

Beneficiários dos SAMS satisfeitos com AdvanceCare

TEXTO: INÉS F. NETO

Mais de 87% dos beneficiários dos SAMS que recorreram à rede AdvanceCare manifestaram-se satisfeitos, revela um inquérito realizado recentemente

Por solicitação dos SAMS do SBSI, a Consulmark - Estudos de Mercado e Trabalho de Campo, Lda., realizou na primeira semana de Novembro um inquérito para avaliar o grau de satisfação dos beneficiários com a utilização da Rede AdvanceCare.

O Conselho de Gerência dos SAMS congratula-se com os resultados do inquérito. "Apraz-nos registar que a opinião é francamente favorável, porquanto cerca de 72% dos inquiridos atribui nota positiva e dos que já recorreram à rede Ad-

vanceCare o grau de satisfação supera os 87%", adiantou Rui Riso, Presidente daquele órgão.

Curiosamente, o factor preço é apontado quer como motivo de satisfação quer como motivo de insatisfação.

A este propósito, o Conselho de Gerência esclarece que, de acordo como o plano de benefícios largamente divulgado, nomeadamente aquando da distribuição dos novos cartões de beneficiário, "ficou claro que o encargo para o beneficiário passaria a ser inferior e é isso que acontece na generalidade das situações, quer tendo em conta o anterior regime quer em comparação com os regimes de SAMS de sindicatos concorrentes". Aliás, sublinha-se, a oferta de serviços passou a ser incomparavelmente maior e de âmbito nacional. Com este protocolo há que ter em conta, sobretudo, o preço final.

"Acrece que se mantêm as condições anteriores quando se recorre aos nossos

serviços internos, com redução nos encargos para os beneficiários, nomeadamente no acesso ao nosso Hospital", frisou Rui Riso.

Rede de bem-estar

Dos resultados do inquérito ressalta ainda uma fraca utilização da Rede de bem-estar, que inclui serviços e bens no âmbito das medicinas complementares (acupunctura, homeopatia, osteopatia, quiroprática); bem-estar físico e psicológico (estética, ginásios/health clubs, SPAs, shiatsu, talassoterapia, termalismo, higiene oral, nutrição, podologia, psicologia, terapia da fala); genética e maternidade (genética, preparação para o parto, crio-preservação de células estaminais); parafarmácias e ópticas; assistência domiciliária.

Neste caso, o benefício directo consiste na redução de preço dos serviços e bens mas, estranhamente, é pouco utilizada. No entanto, quem já utilizou esta rede atribui-lhe uma nota francamente positiva.

Congratulando-se com o grau de satisfação dos beneficiários face aos serviços da rede AdvanceCare, o Conselho de Gerência dos SAMS não deixa de lembrar: "sempre que possível devemos recorrer às nossas unidades de prestação de serviços de saúde, pelo valor do encargo final e pela forma de pagamento, mas também pela diversidade e qualidade da oferta de que dispõem os SAMS do SBSI."

O Conselho de Gerência dos SAMS agradece a todos os beneficiários que se disponibilizaram a responder ao inquérito. ■

A amostra

A amostra do inquérito é constituída por 376 entrevistas finais, sendo o universo os beneficiários dos SAMS que recorreram à rede AdvanceCare. O erro amostral é de +/- 4,98%.

Quanto ao tipo de utilizador, a amostra contemplou 79,5% de beneficiários titulares e 20,5% de não titulares.

Relativamente à cobertura geográfica, refira-se que 45,2% pertencem à área de Lisboa, seguindo-se Setúbal (15,2%) e Faro (11,4%).

Quanto ao perfil dos beneficiários da amostra, 49,5% eram do sexo masculino (50,5% do sexo feminino), sendo a faixa etária mais significativa a dos 55/65 anos (29,8%).

Informática para reformados, filhos e cônjuges de sócios

O Pelouro da Formação, dando continuidade à política de valorização dos associados, vai promover, em 2011, várias acções de formação de informática, destinadas a associados reformados e filhos e cônjuges de sócios. Nesse sentido, além dos já habituais cursos existentes no SBSI – iniciação à informática, iniciação à Internet, Internet avançada (redes sociais e blogues), Word, Excel e PowerPoint – irá lançar um novo curso de Photoshop, que vai ao encontro de inúmeras solicitações de reformados, que verificaram a necessidade e têm o desejo de evolução, ao nível da informática, especialmente no que diz respeito à criação, composição e tratamento de imagem.

O curso de Photoshop visa dotar os formandos de conhecimentos e competências necessários para criar e manipular imagens digitais. Este curso não tem pré-requisitos, os formandos devem ter apenas conhecimentos básicos do sistema operativo Windows, na óptica do utilizador, e o desejo de iniciar e/ou aprofundar os conhecimentos de design gráfico, com a utilização do Photoshop. Restaurar fotos antigas, corrigir imperfeições de rosto ou corpo, retirar manchas, retirar pessoas ou objectos indesejados de fotos são apenas alguns exemplos do que se pode fazer com a utilização do Photoshop.

As inscrições podem ser feitas, quanto antes, pelos telefones 213 216 005/21, por fax 213 216 185/213 216 181, por e-mail administrativa@sbsi.pt, ou pes-

Datas	Manhã (09,30h às 13,00h)	Tarde (14,00h às 17,30h)
19 de Janeiro a 2 de Fevereiro	Iniciação à Informática	Photoshop
7 a 18 de Fevereiro	Photoshop	Iniciação à Internet
21 de Fevereiro a 4 de Março	PowerPoint	Internet avançada

soalmente, na Secção Administrativa. A realização de cada acção de formação está condicionada à existência de um número mínimo de inscrições. Para mais informações há que consultar o *site* do SBSI.

Cursos no próximo trimestre

O Pelouro da Formação vai promover, no próximo trimestre, várias acções de formação, dando continuidade à linha estratégica anteriormente delineada e destacando-se a valorização e qualificação dos sócios no activo.

Técnica bancária: Funchal, de 4 a 6 de Fevereiro;

Gestão de clientes: Covilhã, de 11 a 13 de Fevereiro; Setúbal, de 18 a 20 de Fevereiro;

Gestão de risco: T. Vedras, de 14 a 16 de Janeiro; F. Zêzere, de 28 a 30 de Janeiro; Évora, de 25 a 27 de Março;

Gestão de equipas: Angra, de 25 a 27 de Fevereiro; Évora, de 11 a 13 de Março; P. Delgada, de 18 a 20 de Março.

O programa de cada curso pode ser consultado no *site* do Sindicato.

As acções realizam-se em regime residencial, com início às 19 horas de Sexta-feira e até ao almoço de Domingo, num total de 18 horas de formação. O alojamento dos participantes é em quarto duplo.

As inscrições já estão abertas e os interessados devem formalizar o processo através do preenchimento do impresso de inscrição que está disponível no *site*, e fazê-lo chegar aos nossos serviços.

O processo de inscrição só é considerado completo com a recepção pelos serviços do impresso, acompanhado por cheque de € 50,00, emitido à ordem do SBSI, que será devolvido aos sócios que frequentarem a acção.

A realização dos cursos fica condicionada à existência de um mínimo de 20 participantes. Se os inscritos superarem as vagas disponíveis, ficam em lista de espera para substituição de eventuais desistências. ■

Informadores bancários juntam-se há 50 anos

Os informadores comerciais de toda a Banca vão realizar, em 8 de Janeiro, mais um convívio anual. Mas este será diferente – e ainda mais importante – porque marca cinquenta anos consecutivos da realização deste evento, cinquenta anos de histórias e amizades que souberam construir e manter.

A efeméride será assinalada com o lançamento do livro "50 anos de convívio dos informadores bancários", que tem a colaboração do SBSI, que, ao longo dos anos, sempre apoiou a realização destes convívios. Um exemplar do livro será distribuído por cada participante.

O convívio deste ano será nas instalações do Centro de Férias e Formação do SBSI, em Ferreira do Zêzere. E será colocado à disposição dos participantes o transporte em autocarro, que sairá da Rua Ivone Silva, nas traseiras do antigo edifício da RTP, às 8,30 de 8 de Janeiro.

Durante o trajecto, está prevista uma passagem pelo Lar da Associação Casapiana, para uma breve homenagem a Augusto Poiars, fundador destes convívios. E após o almoço, haverá animação musical com um organista convidado, bem como um sorteio e distribuição de prémios, sendo oferecida a cada participante uma lembrança alusiva à data.

O preço por pessoa é de 26 €, mas a inscrição só será validada desde que o respectivo pagamento seja feito até 24 de Dezembro, para um dos seguintes NIB: 0033 0000 00180531253 26 (José Pinheiro) ou 0033 0000 00180749542 06 (Fernando Rodrigues).

No dia do almoço, cada participante deve apresentar o comprovativo do pagamento e a organização pede que seja escrupulosamente respeitado o horário de saída dos autocarros.

Informações complementares poderão ser obtidas junto de Fernando Rodrigues (214 715 689) ou de José Pinheiro (936 404 618 ou 213 014 872, este depois das 20 horas). ■

Sempre que possível, devemos recorrer às nossas unidades de prestação de serviços de saúde – pelo valor do encargo final, pela forma de pagamento, mas também pela diversidade e qualidade da oferta de que dispõem os SAMS do SBSI.



SAMS/Norte com melhor e maior capacidade

Os SAMS/Norte dão continuidade aos esforços que vêm sendo desenvolvidos no sentido de alcançarem uma melhor e maior capacidade para atender as necessidades crescentes dos beneficiários

Texto: **SÁ COUTINHO**

Dando sequência a estes esforços, os SAMS/Norte acabam de implementar as seguintes medidas:

- outorga de uma nova convenção com o Hospital Privado de Braga;
- reformulação das convenções existentes com o Hospital Privado da Boa Nova e com o Hospital Privado da Trofa.

Estes três hospitais fazem parte do denominado Grupo Trofa e as novas convenções e reformulações agora outorgadas integram todas as valências disponíveis naquelas unidades, além de passarem a contemplar as consultas de urgência.

De realçar também que, nestes actos, os beneficiários dos SAMS não irão despendar qualquer quantia, sendo o encargo debitado posteriormente pelos nossos Serviços.

Colmatando uma necessidade desde há muito tempo sentida, em especial pelos residentes na área do Porto e Grande Porto, no período em que os serviços dos SAMS de S. Brás e da Cândido dos Reis se encontram encerrados, foi estabelecido um contrato com o Hospital de Santa Maria, no centro do Porto – Rua de Camões, 906, junto aos SAMS,

para o atendimento de urgência a todos os nossos beneficiários.

Este tipo de atendimento integra todos os actos médicos e de enfermagem, meios complementares de diagnóstico e terapêuticos, análises e radiografias, medicação e consumíveis, associados à situação de urgência.

O horário de atendimento é o seguinte:

- adultos, das 20 às 8 horas;
- crianças, das 20 às 24, hora após a qual o hospital não dispõe de pediatria;
- Sábados, Domingos e feriados, das 0 às 24 horas.

À semelhança do contratualizado com os hospitais do denominado Grupo Trofa, também aqui os beneficiários nada pagarão no acto, sendo posteriormente debitados, pelos SAMS, do valor correspondente ao encargo, que será diminuído.

Actualização das tabelas de participações

Por se encontrarem desajustadas, face à realidade actual, procedemos às actualizações de alguns valores. Assim:

- a diária de internamento hospitalar passou para o valor base de € 97,50;
- os honorários da equipa cirúrgica foram aumentados.

As novas actualizações, para além de representarem uma diminuição de custos para os beneficiários, no caso de internamento, irão também remunerar melhor a equipa cirúrgica, situação que carecia de correcção.

Por último, mas não de menor importância, importa também informar que, após aturados esforços, se conseguiu contratualizar com o Grupo Cuf – a Instituição melhor apetrechada nesta especialidade – os serviços de hemodinâmica, para tratamento da próstata por braquiterapia, solução que possibilita, na maioria dos casos, dispensar o recurso à habitual cirurgia.

Estamos certos de que as melhorias agora introduzidas irão ao encontro das aspirações dos beneficiários. Outras irão brevemente ser implementadas, nestas e noutras localidades da área do SBN, sempre de forma firme e sustentável, para que o futuro e a solidez dos SAMS nunca possam ser postos em causa. ■

Estrutura sindical do SBN está no terreno

Texto: **GABRIEL COSTA**

O pelouro da Estrutura Sindical tem vindo, desde que tomou posse, a efectuar visitas por toda a área geográfica de influência do SBN, sempre acompanhada pelas comissões sindicais de delegação e de empresa.

As visitas enquadram-se no âmbito de um sindicalismo de ainda maior proximidade, com contacto directo com os associados e, também, com os bancários em geral.

Este tipo de actuação reveste-se de extrema importância para o Sindicato e para os trabalhadores, uma vez que é junto destes, nos locais de trabalho, que se consegue perceber os problemas e as dificuldades por que passam no dia-a-dia. Mas serve, também, para, além de divulgar o Sindicato dos Bancários do Norte e de o fazer mais presente dos seus associados, para tirar dúvidas (que são muitas) que alguns associados têm sobre vários temas, sendo que os mais recorrentes são a situação do BPN e a admissão dos bancários na Segurança Social. Em nenhum local os colegas ficam sem resposta para os problemas

ou com dúvidas sobre qualquer tema que coloquem, porque as equipas vão com instruções precisas para que se demorem o tempo que seja necessário para que tal aconteça e de cada local visitado é efectuado um relatório sobre tudo o que se passou e disse.

Desta forma os colegas sentem o seu Sindicato muito mais próximo, bem como se evita que a interioridade se note tanto, em matéria de sindicalismo.

Outros dos problemas de que mais se queixam os colegas são os do não cumprimento dos horários laborais e da falta de pagamento das horas extraordinárias. Perante tal cenário, em que alguns balcões já se tornaram crónicos, foram feitos pedidos de inspecções à Autoridade para as Condições de Trabalho, sendo que, desses pedidos, já resultaram doze autos, por falta de cumprimento do horário e por falta de pagamento do trabalho extraordinário. Por outro lado, foi também solicitada à ACT a realização de visitas, por causa da higiene e segurança no trabalho, sendo que nenhuma Instituição financeira te-

nha que comprovar a boa qualidade do ar respirável ou a elaboração de diversas melhorias nas instalações.

O SBN aproveita também essa proximidade para divulgar as melhorias que têm estado a ser implementadas nos SAMS, bem como esclarece e informa os colegas de alguns benefícios que tem naquele serviço e que, por desconhecimento, não estão a usufruir, sendo os mais constantes o apoio materno-infantil e a existência da figura de utente dos SAMS, que é extensiva aos familiares.

Deste tipo de acções tem resultado também a angariação de novos associados para o SBN e o regresso de outros que o tinham deixado de ser.

Por tudo o que acima foi dito, resta a convicção de que este tipo de sindicalismo é bom e se recomenda, e que deverá ser melhorado com a realização, no final das visitas aos balcões de uma determinada área sindical, de uma reunião aberta a todos os associados, para discussão dos temas e dos assuntos mais relevantes que tenham sido levantados nos diversos locais de trabalho. ■

SBN defende conselhos europeus de empresa

Texto: **PEREIRA GOMES**

Muito se tem falado sobre o papel dos conselhos europeus de empresa na vida dos trabalhadores que laboram nos países da UE.

O SBN tem vindo a acompanhar com especial atenção o caso do BES, em particular, e a actuação daquela organização transnacional, embora ainda conte com poucos anos de existência: foi criada por uma directiva comunitária de 1994 e reformulada em 6 de Maio de 2009 pelo Parlamento Europeu, bem como pelo Conselho Europeu.

O objectivo proposto pela primeira directiva era o de melhorar o direito de informação e consulta entre os trabalhadores e as empresas com dimensão transnacional.

O SBN interroga-se sobre se o objectivo terá sido conseguido. Em nossa opinião, não foi esse o caso. Por tal motivo houve necessidade de uma alteração substancial da primeira directiva.

Depois, com a nova directiva, foram introduzidas várias matérias importan-

tes, com vista a reforçar a intervenção dos trabalhadores.

Dentro dos aspectos positivos podemos realçar que as instâncias da União Europeia reconhecem que os CEE são uma realidade que supera as normas subsidiárias estabelecidas para os PIC, havendo, actualmente, mais de dez mil representantes de trabalhadores que participam directamente no funcionamento dos conselhos.

Outro aspecto importante é o crescente papel dos Sindicatos europeus na melhoria destas relações e da cooperação institucional, o que permite potenciar campanhas de acção sindical comuns em diversos países. Todo este intercâmbio permite uma grande troca de experiências



e uma actuação permanente dos representantes sindicais dos diversos países que fazem parte da UE.

Por último, dois aspectos negativos: a informação que é prestada aos CEE muitas vezes não é completa nem feita em tempo real, enquanto existe uma limitação de negociação por parte dos CEE, em casos de algumas situações de reestruturação empresarial supranacional. ■

Comemorações dos 75 anos do SBC

Texto: **VASCO GARCIA**Muitas memórias e afectos desfilaram na **sessão solene de encerramento**

A sessão solene de encerramento das comemorações dos 75 anos do Sindicato dos Bancários do Centro teve lugar em 20 de Outubro, numa unidade hoteleira de Coimbra. Com a presença de ilustres convidados – Drs. Pedro Marques, Secretário de Estado da Segurança Social, Henrique Fernandes, Governador Civil de Coimbra, e representantes das mais importantes Instituições de Crédito, Pedro Raposo, do BES, Tiago Ravara, do BPI, Fernando Maia, do BCP, Agostinho de Almeida, do BIC e Filipe Abreu, da APB, entre muitos outros – a Mesa, constituída pela comissão que levou a cabo estas comemorações, durante todo o ano – Freitas Simões, Francisco Carapinha e Sequeira Mendes – elegeram o 25 de Abril como o acontecimento mais importante para o Sindicato, ao longo da sua história de 75 anos de existência. Foi pela voz de Freitas Simões que essa mensagem foi transmitida e corporizou-se na homenagem prestada aos Capitães de Abril que nos proporcionaram a Revolução dos Cravos, na pessoa da Dra. Natércia Salgueiro Maia, viúva do Capitão de Abril, Salgueiro Maia, que esteve presente e foi convidada de honra da cerimónia.

A cerimónia, magistralmente apresentada por Sansão Coelho, prosseguiu com alguns momentos musicais, proporcionados pela Orquestra Ligeira da Associação Musical e Recreativa Obidense e pelo Grupo Etnográfico de Trajes e Cantares de Manhouce.

Delmiro Carreira, Presidente da Direcção do SBSI e em nome da FEBASE, usou da palavra para referir e aplaudir o recente acordo, que integra os bancários na Segurança Social, fazendo um apelo à união de todos os bancários e concluiu que espera ainda ver a família bancária integrada num único Sindicato.

Seguiu-se Mário Mourão, do SBN, que, em nome dos Sindicatos presentes, enalteceu o comportamento histórico do SBC durante a ditadura e narrou algumas das vicissitudes resultantes da anexação e saída do SBC da órbita do SBN, sempre por decisões administrativas, concluindo que tem uma fé inabalável no comportamento



Carlos Silva, Presidente da Direcção do SBC, também falou de memórias e de afectos



João Proença, da UGT

dos Sindicatos, em tudo o que se prende com a defesa dos seus associados.

Foi a vez do Secretário-Geral da UGT, João Proença, dizer que os bancários se podem orgulhar dos Sindicatos que têm, constituindo, eles próprios, uma referência do sindicalismo democrático em Portugal. Passou em revista os últimos tempos de crise que nos têm afectado, culpou os sucessivos governos pela situação que atravessamos, elegeram o desemprego e o trabalho precário como o flagelo social a que há que pôr termo, concluindo que aos trabalhadores não se podem apontar quaisquer responsabilidades. Há que regulamentar o sec-

tor financeiro para que não sejamos apanhados noutra crise financeira mundial, disse.

A cerimónia prosseguiu com uma homenagem aos 75 associados mais antigos do SBC. Um a um, foram sendo chamados, tendo sido entregue uma lembrança a cada um. Nem todos estiveram presentes mas aqueles que se encontravam entre as mais de 250 pessoas que enchiam por completo a sala foram ali mesmo homenageados e foi-lhes dito quanto o SBC está grato por se terem mantido teimosamente na nossa família bancária. Depois foi a vez da sócia mais jovem do SBC, Cátia Tomás, do BPI



Delmiro Carreira, do SBSI



Mário Mourão, do SBN

Fórum/Coimbra, ser alvo de uma homenagem, juntamente com o sócio mais antigo presente, Manuel Malva Mateus. Com esta singela homenagem, o Sindicato quis prestar tributo ao passado mas também quis olhar para o futuro, cumprindo o lema do aniversário – 75 anos a unir gerações de bancários.

Os antigos dirigentes do SBC, como Osório Gomes, Joaquim Moniz, Teles Grilo, Carlos Dias e Álvaro Ribeiro, não foram esquecidos e também eles foram apresentados e referidos como dirigentes de escol, que serviram o Sindicato, apesar das divergências que urge enterrar.



Freitas Simões, do SBC

Carlos Silva, Presidente da Direcção do SBC, subiu à tribuna e falou de memórias e de afectos, falou dos direitos e deveres dos sócios, recordou a árdua e constante luta da sindicalização, assim como se referiu aos homenageados, fazendo ressaltar neles os seus exemplos de vida, lealdade, fidelidade e paixão pela nossa Instituição. Carlos Silva prestou homenagem, do alto da tribuna, ao Presidente das comemorações dos 75 anos do Sindicato, Mário Figueira, que não pôde estar presente, por motivos de saúde, e recordou a sua recente eleição para Presidente da Mesa do Conselho Geral da FEBASE.

Finalmente, tomou a palavra o Secretário de Estado da Segurança Social, Dr. Pedro Marques, que realçou o papel dos Sindicatos no Acordo Tripartido, classificando-o de histórico e realçando a confiança do Estado na solidez da Segurança Social.

A cerimónia não terminou sem que o Dr. Paulino Mota Tavares exercitasse um momento de poesia, em torno de Inês de Castro, e o Grupo de Guitarras de Coimbra nos brindasse com a sua actuação, sempre de encantar.

As comemorações terminaram com um jantar de confraternização, ao som da música ambiente do Travassos, velho amigo do nosso Sindicato. ■



Pesca

Final regional de alto mar

A final regional de pesca de alto mar, referente a 2011, realizou-se em Peniche, em 16 de Outubro.

Estiveram presentes oito pescadores, num excelente dia para a prática da modalidade, tendo sido apurado como vencedor o colega Rui Nunes, do BPI de Leiria.

Os lugares secundários imediatos foram ocupados por José Sacramento, do BCP, Ângelo Palrilha, do BST, Rui Cruz, do BPI, e António Cascão, do BES.

Os quatro primeiros classificados foram apurados para a final nacional, já marcada para Vilamoura, em 9 e 10 de Abril.

Após a prova, e também em Peniche, teve lugar um almoço com todos os participantes, estando a Direcção do SBC ali representada por Francisco Carapinha, que fez a entrega dos prémios e uma breve intervenção. ■



ção contou com a colaboração da Comissão de Reformados e com a Escola de Pintura do SBC, a quem coube a tarefa da organização e escolha das obras expostas. Os quadros são da autoria de Ana Cruz, Josefina Miranda, Manuela Matos, João Ferrer e Manuel Moraes. Já quanto às fotografias, são

seus autores Álvaro Ribeiro, Carlos Micaelo, Joaquim Santos, Costa Pinto e Vítor Garcia.

Foi grande o êxito alcançado por aquelas exposições, a atestar a grande afluência que teve, não só no dia da inauguração mas também durante todo o tempo em que estiveram patentes. ■

King

António Oliveira e Eduarda Soares apurados para a final nacional



Os quatro participantes na final regional

A final regional do campeonato interbancário de king teve lugar nas instala-

ções do SBC, na Rua Lourenço Almeida Azevedo, em Coimbra.

António Oliveira e Eduarda Soares, ambos do Montepio Geral, foram os apurados para disputarem a final nacional, que se realizou no Porto e à qual fazemos referência noutro local desta edição.

Seguiu-se um almoço, num restaurante da cidade, onde teve lugar a distribuição de prémios, a cargo de António Guiné. ■

Convívio de pesca em Viseu

Foi numa lagoa, em Folhadosa, no concelho de Seia, que decorreu o habitual convívio de pesca, levado a efeito pelo Secretariado Regional de Viseu do SBC e que teve grande participação, pois foram 26 os pescadores que responderam à chamada. Ao prazer da pesca juntou-se o do convívio e, até, a grande quantidade de peixe capturado ajudou à festa.

Foi o colega Moraes quem mais beneficiou da sorte de pescar mais,



para depois todos os participantes desfrutarem do tradicional almoço de confraternização. ■

Texto: VASCO GARCIA



Consigo nos momentos difíceis

www.servilusa.pt

Condições Especiais

Para os associados
dos Sindicatos da Febase

Serviço Funerário
Serviço de Florista
Serviço Gratuito no Velório
Água, Café e Chá
Flores
Pagelas

Centros Funerários
Santa Joana Princesa
Basílica da Estrela
Santo Condestável
São Pedro de Alcântara
Lumiar
São Jorge de Arroios
São João de Deus

Complexo Funerário de Elvas
Complexo Funerário da Figueira da Foz
Crematório de Rio de Mouro
Tanatoestética/Tanatopraxia
Música no Velório
Cinzas ao Mar
Mini-Bus para familiares e acompanhantes
Manutenção e Limpeza de Jazigos e Sepulturas
Artigos Religiosos
Serviço Internacional
Crédito simplificado sem juros
e encargos até 24 meses - Taeg 0%*
Profissionais disponíveis para o ouvir
nos momentos difíceis, 24 horas por dia

808 202 609
Linha de Apoio à Família

A Servilusa encontra-se bem perto de si

*Adesão ao crédito nos 10 dias seguintes à data da factura

Número Nacional Grátis 800 204 222

Serviço Funerário Permanente 24 horas



3 VANTAGENS ÚNICAS WIDEX PARA O BENEFICIÁRIO SAMS:

1. Os melhores especialistas do país em reabilitação auditiva.
Aparelhos auditivos de alta definição WIDEX, com condições especiais (descontos até 50%).
2. Serviço com Certificação* de Qualidade ISO 9001/2008.
Audiologistas licenciados e um serviço após-venda único em 24 horas garantem que retirará o máximo proveito do seu Aparelho Auditivo WIDEX.
3. Melhoria da sua qualidade de vida.
Tome uma iniciativa pela sua audição e aproveite a sua vida.

UMA PARCERIA
QUE O VAI
DEIXAR A OUVIR
MELHOR

OFERTA DISPONÍVEL

no Centro Clínico de Ambulatório do SAMS,
Serviço de Audiofonia, Lisboa,
ou em qualquer CENTRO AUDITIVO WIDEX
em todo o país.

SAIBA TUDO SOBRE A SUA AUDIÇÃO EM www.widex.pt

1ª consulta gratuita

 **800 200 343**

www.widex.pt

